

# PRÁTICAS INOVADORAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

2022



## **Realização**

Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes

## **Coordenação**

Ana Cláudia Cifali | Instituto Alana

Cristina Cordeiro | Instituto Liberta

Eva Cristina Dengler | Childhood Brasil

Lucas José Ramos Lopes | Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes

Márcia Kalvon Woods | Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Marcos Paulo Lucca Silveira | Fundação José Luiz Egydio Setúbal

## **Cofinanciamento**

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

## **Produção de conteúdo**

**Serenas - Garantia de Direitos para Meninas e Mulheres** (<http://serenabr.org>)

Amanda Sadalla | Diretora Executiva

Caroline Rodrigues | Diretora de Operações e Pesquisa

Júlia Ferraz | Pesquisadora Associada

Marina Exner | Pesquisadora Associada

Stefania Molina | Pesquisadora Associada

## **Organizações e iniciativas participantes da pesquisa**

Associação Beneficente Santa Fé

Associação Nacional de Ação Indigenista

Childhood Brasil

Fundação Roberto Marinho / Canal Futura

Instituto Cidade Segura

Instituto Liberta

Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA),  
da Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo

Luta Pela Paz

Meninadança

Navegue Não Naufrague

Projeto Cunhataí Ikhã

SaferNet Brasil

Secretaria de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista/BA

## **Grupo de Trabalho Práticas Inovadoras**

Avante | Educação e Mobilização Social | Ivanna Castro

ChildFund Brasil | Águeda Barreto

Instituto Liberta | Cristina Cordeiro

Instituto Alana | Mariana Albuquerque Zan

Pulso Público | Isadora Gomes

Rede Não Bata, Eduque | Márcia Oliveira

Serenas – Garantia de Direitos de Meninas e Mulheres | Amanda Sadalla e Stefania Molina

## **Edição e revisão**

Erika Kobayashi

## **Diagramação**

Paula Luize Burckhardt | Burk

# SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

1. METODOLOGIA

2. ESTUDOS DE CASOS

2.1 Intervenção 1: Meninadança

2.2 Intervenção 2: Luta Pela Paz

2.3 Intervenção 3: Projeto Cunhataí Ikhã

2.4 Intervenção 4: Programa Cidadão Digital

2.5 Intervenção 5: Navegue Não Naufrague

2.6 Intervenção 6: Portal de atendimento online aos

alunos da rede municipal de educação durante a pandemia

2.7 Intervenção 7: Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vitória da Conquista (CIDCA)

2.8 Intervenção 8: Associação Beneficente Santa Fé

2.9 Intervenção 9: Projeto Crescer sem Violência

2.10 Intervenção 10: Pacto pela Paz

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 Práticas inovadoras, desafios e recomendações

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



# APRESENTAÇÃO



*A verdadeira estatura de uma nação é medida pela assistência a suas crianças. Qualquer dano causado a crianças diminui a todos nós como sociedade. Quando trabalhamos em conjunto para pôr fim à violência em suas vidas, alcançamos o melhor de nós mesmos.*



- Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes

Para construirmos um país menos violento e com mais justiça social para crianças e adolescentes, é preciso que toda a sociedade civil e governos trabalhem juntos na redução dos fatores de risco e na prevenção às violências.

Ao apresentar dez estudos de caso de experiências inovadoras em prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes no Brasil, convidamos pessoas, organizações e governos a construir e implementarem conjuntamente – e com a participação de crianças e adolescentes – políticas públicas e programas que considerem a diversidade das infâncias e da adolescência em suas geografias, contextos e marcadores sociais, aplicando integralmente o princípio da prioridade absoluta assegurado na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Guiada pelo pacote técnico da Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes confirma seu compromisso em apoiar governos e organizações a atuarem em estratégias embasadas nas melhores evidências existentes para pôr fim à violência. As experiências relatadas evidenciam os esforços já empreendidos no país e que se aproximam das Sete estratégias INSPIRE (estudo publicado em 2017 pela Organização Pan-Americana da Saúde, agência da Organização Mundial de Saúde, OPAS/OMS), apontando caminhos possíveis e inovadores para a prevenção às violências.

Conheça dez experiências brasileiras inovadoras que já estão construindo um Brasil menos violento no presente e para o futuro com e para crianças e adolescentes.

Boa leitura!

**Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes**

# INTRODUÇÃO

---

A prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes têm sido um compromisso ético a ser enfrentado em sociedade. A condição para a prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes passa por olhares atentos às diferentes situações de violência: psicológica, sexual, negligência, física, entre outras. Segundo balanço do Disque 100 (UNICEF, 2020), que funciona no âmbito do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, estão entre as violações mais frequentes contra crianças e adolescentes a negligência (72,7%), a violência psicológica (48,8%), física (40,6%) e sexual (22,4%).

Nos últimos anos, o Brasil teve avanços significativos no campo normativo para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, com destaque para a aprovação da Lei nº 13.431/2017 que garante a escuta protegida para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e cria mecanismos para prevenir e coibir a violência. Entretanto, a implementação desta lei, tanto para o acolhimento de vítimas através de fluxos adequados que evitem a violência institucional quanto para programas e políticas públicas de prevenção, ainda é incipiente no país. Apesar dos desafios e lacunas, intervenções da sociedade civil e órgãos governamentais têm apresentado importantes resultados no que diz respeito à prevenção e ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

A presente pesquisa tem como objetivo mapear aprendizados coletivos sobre o tema por meio da identificação de iniciativas para a prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, além de extrair aprendizados. Ao compartilharmos as experiências mapeadas, buscamos inspirar a continuidade e a criação de novos programas e políticas públicas que priorizem a temática, tendo visto que a prioridade absoluta da garantia de direitos de crianças e adolescentes, prevista no Artigo 227 da Constituição Federal que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Parágrafo único do Artigo 4º), inclui a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da infância e juventude. Também se busca orientar tomadas de decisão no âmbito do investimento privado tanto para investimentos destinados à criação de novos programas como para a replicabilidade de iniciativas promissoras e a execução de avaliações de impacto.

O Brasil é um país de proporções continentais e, mesmo dentro do mesmo estado e território, apresenta dinâmicas de desigualdades profundas, tornando ainda mais complexa e desafiadora a busca por soluções para problemas que impactam na vida da população. Diante desse cenário, sublinhamos complexidades não exaustivas que são observáveis em pesquisas qualitativas quando tratamos da prevenção e do enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes: a vulnerabilidade social, as desigualdades regionais e a forma como a família é organizada como centro de proteção. O ambiente familiar é reconhecidamente uma esfera em que ocorre uma parte relevante das violações de direitos de crianças e adolescentes. A comunidade escolar pode ser vista como ambiente em que pode ocorrer a identificação da violência, o encaminhamento para a rede de proteção e o acolhimento e, de forma ambígua, também pode ser um lugar onde as violências ocorrem (UNICEF, 2019). No dia a dia da escola, crianças e adolescentes vivenciam preconceitos e exclusões relacionados a suas identidades, como violências de gênero, racismo, LGBTQIA+fobia e xenofobia, entre outros.

Tais violências têm consequências graves para a saúde física e psicológica de estudantes, impedindo seu desenvolvimento integral, além de motivar situações de frequência irregular, abandono e evasão escolar. Outras condições de vulnerabilidade como a pobreza, miséria e fome também impedem que crianças e adolescentes alcancem espaços institucionais que promovam acolhimento e proteção. É preciso ressaltar que as violências contra crianças e adolescentes se expressam e impactam vítimas de formas e intensidades diferentes diante de desigualdades de gênero, raça/cor, etnia, classe social, presença de deficiência, entre outros marcadores sociais. Meninas negras e pobres, por exemplo, vivenciam a somatória de discriminações de gênero, raça e classe social.

A somatória desses marcadores intensifica a situação de vulnerabilidade e a consequente violação de direitos contra crianças e adolescentes. Por isso, estratégias de prevenção e enfrentamento demandam um olhar interseccional para as situações de violência. É preciso também levar em conta a complexidade do fenômeno de violências contra crianças e adolescentes: tanto suas origens quanto seus impactos se dão em diferentes esferas da vida das vítimas e de seu entorno. Por exemplo, em uma situação em que uma criança sofre abuso sexual por parte do padrasto, é preciso agir tanto na segurança, ou seja, na proteção e defesa da vítima, quanto na responsabilização no agressor. Porém, a atuação apenas na esfera da segurança não é suficiente. É preciso agir nos impactos que a violência teve na saúde física e psicológica da vítima e de seus familiares, assim como entender as condições em que a criança e sua família se encontram (por exemplo, se a mãe depende financeiramente do agressor ou também é vítima de agressões). Por isso, soluções efetivas exigem ações e políticas intersetoriais, envolvendo diferentes áreas (assistência social, educação, segurança, habitação, saúde, entre outras) e o diálogos entre elas.

TABELA 1

Formas de violências contra crianças e adolescentes

FÍSICA

Entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico. Compreende as chamadas disciplina violenta, punição física e corporal, além da tortura.

PSICOLÓGICA

Qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional. Compreende também ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este e, por fim, qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isso a torna testemunha.

NEGLIGÊNCIA  
OU ABANDONO

Omissão pela qual se deixa de prover as necessidades e cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social da criança ou adolescente. O abandono é uma forma extrema de negligência, sendo o tipo mais comum de violência contra crianças.

SEXUAL

Entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda o abuso sexual (toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros) ou a exploração sexual comercial (uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico).



## TRABALHO INFANTIL

Toda atividade econômica e/ou de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro e remuneração, executada por crianças e adolescentes menores de 16 anos – o que é proibido. Acima de 14 anos, adolescentes de ambos os sexos podem ser admitidos no emprego somente na condição de aprendizes, desde que em funções que não ofereçam risco à sua saúde, segurança e integridade física e mental. É proibido ainda o trabalho ou o emprego noturno, perigoso e insalubre para adolescentes que ainda não completaram 18 anos.

## FINANCEIRA

É o ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, instrumentos de trabalho, bens e valores da vítima. Consiste na exploração imprópria ou ilegal ou no uso não consentido de recursos financeiros e patrimoniais de meninos e meninas.

## INSTITUCIONAL

É cometida por agente legal público (polícia ou outro servidor público no exercício de sua função). Pode ocorrer com abuso de autoridade, discriminação, uso de armas de fogo, explosivos, gás, objetos contundentes, empurrão, golpe, murro, podendo resultar em ferimento, agressão física e verbal, constrangimento e até na morte.

## TRÁFICO

Recrutamento, transporte, transferência e alojamento de crianças ou adolescentes recorrendo à ameaça, ao rapto, ao engano, ao abuso de autoridade, ao uso da força ou outras formas de coação ou à situação de vulnerabilidade para fins de exploração sexual ou trabalho sem remuneração, inclusive o doméstico, escravo ou de servidão. O casamento servil ou o tráfico para a remoção e comercialização de órgãos, com emprego ou não da força física, também são considerados formas de tráfico humano.

Fonte: *A Educação que Protege*, Unicef, 2019.

Nesta publicação, apresentamos estudos de casos baseados em práticas inovadoras e iniciativas que fazem a diferença no acolhimento de crianças e adolescentes e no enfrentamento das múltiplas formas de violências a que podem ser submetidos. A análise destas práticas inovadoras considera o contexto no processo e resultado da intervenção (Ng e De Colombani, 2015). Para endereçar as práticas inovadoras, mapeamos iniciativas ao redor do Brasil que atuam na prevenção e no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Dessa maneira, este documento está dividido em introdução, metodologia, estudos de caso, considerações finais e referências bibliográficas.

# METODOLOGIA

---

Este relatório tem como objetivo identificar práticas inovadoras voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes a partir da elaboração de dez estudos de caso. Este estudo não visa realizar a avaliação das intervenções em prevenção às violências – as informações apresentadas nesta publicação poderão ser complementadas por estudos posteriores de avaliação de impacto.

Antes de apresentar as etapas e os métodos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, cabe explicar o que entendemos por práticas inovadoras para fins de análise.

Em primeiro lugar, é importante destacar que as práticas inovadoras estão ancoradas no contexto social, comunitário, ético/racial, de gênero, classe, território e comunidade em que a iniciativa está inserida. O observável das ações praticadas são iniciativas que previnem e/ou (de maneira não excludente) enfrentam a violência contra crianças e adolescentes. O contexto importa para compreendermos o que é considerado uma prática inovadora, pois, para identificar se a ação atende ao propósito de prevenção e/ou enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, é necessário conhecer a demanda que ali se encontra. Por isso, para afirmar que uma prática pode ser considerada inovadora, é necessário conhecer quais processos, carências, vulnerabilidades, proposições, oportunidades e possibilidades atravessam aquele local, pois, as soluções necessitam ser customizadas.

## O QUE ENTENDEMOS COMO “PRÁTICAS INOVADORAS”?

Segundo Teixeira, Godoy e Clemente (2005), práticas inovadoras possuem algumas características em comum:

- introdução de mudanças significativas em relação a práticas anteriores;
- impacto positivo sobre a qualidade de vida do público-alvo ou da comunidade envolvida;
- replicabilidade com relação a outras regiões ou contextos;
- ampliação do diálogo entre a sociedade civil e agentes públicos;
- utilização de recursos e oportunidades de forma responsável, visando a sustentabilidade.

A prevenção de violências contra crianças e adolescentes é um imperativo legal previsto na Lei nº 8.069/1990 e atribui à família, ao Estado e à sociedade a responsabilidade de prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 70). Desta forma, intervenções em prevenção às violências são de responsabilidade compartilhada e cujo investimento deve ser prioritário na ordem de execução orçamentária por meio de políticas públicas, programas, serviços, equipamentos e ações coordenadas e intersetoriais.

Destacam-se como intervenções amplamente reconhecidas em prevenção às violências, a ampliação das capacidades parentais, o incremento de renda e o fortalecimento econômico, além de oportunidades de lazer, esporte e cultura, o acesso e a permanência à educação pública inclusiva, equitativa e de qualidade, somados ao acesso à saúde, serviços socioassistenciais, informação e formação acessíveis, amigáveis e de qualidade.

No caso de ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, a metodologia de avaliação INSPIRE é uma referência internacionalmente reconhecida (OPAS, 2017). Apesar de sua relevância, sua aplicação no Brasil ainda é bastante dificultada face à ausência de uma cultura local de avaliação. Segundo a metodologia INSPIRE, estratégias eficazes são aquelas elaboradas a partir da melhor evidência científica e que oferecem a possibilidade máxima de reduzir a violência contra crianças e adolescentes<sup>1</sup>. Para isso, devem ter sido objeto de estudos de impacto de alta ou média qualidade, utilizando ensaios clínicos randomizados controlados e/ou desenhos quase-experimentais de alta qualidade.

Diante das limitações de adotarmos critérios rigorosos à semelhança do que sugere a metodologia de avaliação INSPIRE e com o intuito de identificarmos experiências exitosas e promissoras implementadas no Brasil, foram pesquisados outros critérios possíveis para a avaliação de intervenções e a identificação de práticas inovadoras no contexto desta pesquisa. Os critérios elencados foram extraídos do artigo *“Framework for selecting best practices in public health: a systematic literature review”* (Ng e De Colombani, 2015).

Apresentados na tabela a seguir, tais critérios foram adotados como ponto de partida para a elaboração de indicadores específicos para a avaliação das práticas inovadoras de enfrentamento e prevenção da violência (segunda etapa da pesquisa).



Partindo, portanto, desta compreensão inicial sobre práticas inovadoras, a pesquisa se desenvolveu por meio de três etapas. A primeira delas foi a realização de um levantamento de intervenções em todo o território nacional focalizadas no enfrentamento e na prevenção da violência contra crianças e adolescentes que preenchessem os critérios descritos abaixo:

---

<sup>1</sup>INSPIRE. *Sete estratégias para por fim à violência contra crianças*. Washington, D.C.: OPAS, 2017.

TABELA 2

Critérios utilizados para estabelecer PRÁTICAS INOVADORAS para a prevenção e o enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes

 <b>CONTEXTO</b>	 <b>PROCESSO</b>	 <b>RESULTADO</b>
<p><b>RELEVÂNCIA</b></p> <p>A intervenção foi relevante para as necessidades e as características da comunidade?</p> <p>A intervenção foi precedida por uma análise dos problemas a enfrentar e/ou das necessidades dos beneficiários?</p>	<p><b>PARTICIPAÇÃO</b></p> <p>A intervenção envolveu os membros da comunidade ou beneficiários e promoveu seu empoderamento?</p> <p><b>COLABORAÇÃO</b></p> <p>Sua implementação garantiu a representação e a colaboração das partes interessadas relevantes?</p>	<p><b>EFICÁCIA</b></p> <p>A intervenção implementou ferramentas apropriadas para identificar os resultados?</p> <p>A intervenção atingiu os resultados esperados e contribuiu para reduzir a violência contra crianças e adolescentes?</p>
	<p><b>REPLICABILIDADE</b></p> <p>A intervenção pode ser replicada (com adaptações) em outros contextos?</p> <p>É totalmente dependente do contexto e das características do local/da comunidade em que foi implementada?</p>	<p><b>SUSTENTABILIDADE</b></p> <p>A intervenção demonstra:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Potencial de continuidade graças à institucionalização ou à apropriação local?</li><li>- Potencial de continuidade dos benefícios atingidos?</li><li>- Potencial de continuidade da capacidade organizacional ou da comunidade de seguir implementando as atividades?</li></ul>
	<p><b>ÉTICA</b></p> <p>Os benefícios da intervenção foram distribuídos de forma igualitária?</p> <p>As necessidades e os direitos de grupos vulneráveis foram considerados?</p>	<p><b>EFICIÊNCIA</b></p> <p>A intervenção foi implementada com otimização dos recursos disponíveis e minimização de desperdícios?</p>

Fonte: elaboração própria com base em referências de Ng e De Colombani (2015).

- intervenções recentes e ainda pouco documentadas;
- representatividade regional;
- variedade no que diz respeito às formas de violência combatidas (violência sexual, violência doméstica, violência psicológica, violência institucional, trabalho infantil etc.);
- diversidade no que diz respeito às faixas etárias dos(as) beneficiários(as): crianças e adolescentes de todas as idades;
- variedade em relação à área de atuação (saúde, educação, cultura, intersetorialidade etc.).

Após a análise de 28 intervenções identificadas por meio de uma pré-seleção feita pelo corpo de pesquisadoras, foram escolhidas as dez intervenções que mais se adequaram aos parâmetros acima mencionados. Esta escolha se deu pela avaliação de uma comissão técnica de pesquisa constituída por membros da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes.

Uma vez selecionadas as dez intervenções para elaboração de estudo de caso, a segunda etapa da pesquisa consistiu na elaboração de critérios e indicadores para a avaliação das práticas inovadoras. Para isso, adotamos os critérios estabelecidos na Tabela 2. A partir deles, elaboramos o roteiro de entrevista executada com os(as) representantes das organizações selecionadas na primeira etapa da pesquisa. No roteiro de entrevista, visamos identificar:

- se a intervenção é **relevante** para o contexto da comunidade e busca responder às suas demandas;
- se há espaço para a **participação da comunidade** na intervenção;
- se são estabelecidas **parcerias** com diferentes partes que possam colaborar com a intervenção (equipamentos públicos, empresas, organizações da sociedade civil, entre outras);
- se a intervenção pode ser **replicada**;
- se os(as) beneficiários(as) são tratados(as) com senso de **ética e justiça**, tendo suas vulnerabilidades olhadas e consideradas;
- se a intervenção foi capaz de contribuir para a **redução da violência contra crianças e adolescentes**;
- se a intervenção é **sustentável a longo prazo**, tendo sido bem apropriada pelo público local;
- se a intervenção foi capaz de **otimizar os seus recursos**, atuando com eficiência.

Tais critérios estão analisados qualitativamente em cada caso e explicitados ao longo do presente relatório. Vale destacar ainda que esses mesmos critérios são utilizados

como indicadores do que consideramos como práticas inovadoras para a prevenção ou o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

A terceira etapa da pesquisa se refere à realização de entrevistas com pessoas responsáveis de cada organização selecionada na primeira etapa e posterior análise dos dados obtidos a partir dos critérios referenciados acima. As entrevistas tiveram duração média de uma hora e meia, e solicitamos aos entrevistados a assinatura de um termo de consentimento e a permissão para gravar a entrevista, garantindo assim que todas as nuances e informações sejam consideradas. Também analisamos documentos institucionais para compor o estudo de caso. Após a consolidação de cada caso, enviamos a redação final para a conferência e validação do ator entrevistado.

## 2. ESTUDOS DE CASOS

### 2.1 INTERVENÇÃO 1: MENINADANÇA

ORGANIZAÇÃO	Meninadança
INTERVENÇÃO	Atuação com meninas em situação de alta vulnerabilidade ou de risco ou vítimas de abuso e exploração sexual nas comunidades ao longo da BR-116, oferecendo um local onde possam ser acolhidas, fazendo intervenções com as famílias e campanhas com a comunidade
FORMA DE VIOLÊNCIA	Violência, abuso e exploração sexual
PREVENÇÃO E/OU ENFRENTAMENTO	Prevenção e enfrentamento
REGIÃO	Minas Gerais (3 cidades) e Bahia (1 cidade), região da BR-116
FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS	10 a 18 anos
TEMPO DE ATUAÇÃO	Desde 1997 em Belo Horizonte e a partir de janeiro de 2013 ao longo da BR-116

INTERVENÇÃO 1

### CONTEXTUALIZAÇÃO

No ano de 1997, o jornalista britânico Matt Roper veio para o Brasil realizar um trabalho com pessoas em situação de rua. Ao longo de sua experiência, percebeu que todas as instituições que lidavam com essa questão eram voltadas para o público masculino. Em função disso, iniciou um trabalho em parceria com o pedagogo Warlei Torezani voltado para meninas em situação de rua, geralmente envolvidas com a dependência ao crack.

Nesse contexto, começaram a abordar meninas para entrar em contato com suas realidades e histórias. Ao conhecer Maria<sup>2</sup>, perguntaram a ela: “Se a gente começar um trabalho que seja uma casa só para meninas, você participaria?”. “Claro”, ela respondeu. “E o que teria que ter nesta casa?”, eles perguntaram a ela. Eis que a resposta de Maria foi: “Dança”. A menina fez uma pose de bailarina e falou: “E o nome vai ser Meninadança”.

Em 1999, uma instituição de Belo Horizonte acolheu o trabalho da Meninadança, cuja intenção inicial era ser uma casa de passagem para meninas de 10 a 18 anos. Para incentivá-las a frequentar essa casa, uma equipe de abordagem as levava até lá todas as manhãs. Elas chegavam com a roupa que estavam usando na rua, tomavam banho e tinham direito a trocar a roupa que usavam por uma limpa, contanto que lavassem a limpa já que precisariam voltar para buscá-la. Ali começava um trabalho de quebra de vínculo com a rua, e, quando o vínculo com a casa estava bem estabelecido, as meninas eram encaminhadas para uma Casa Lar, onde poderiam construir outra história, para além da sua vivência nas ruas, ou algumas para uma casa de recuperação em Belo Horizonte ou na região metropolitana.

Esse foi o primeiro momento da Meninadança, e o trabalho com meninas em situação de rua foi interrompido por ter sido instituída uma política do estado que passou a atuar nesse mesmo sentido de forma satisfatória. Em 2011, Matt Roper fez uma primeira viagem pela BR-116, ainda em Minas Gerais, e entrou em contato com histórias de meninas que sofriam abuso e exploração sexual nesse contexto. Os relatos foram documentados no livro *Highway To Hell*, publicado em 2013. Neste mesmo ano, a Casa Rosa na cidade de Medina foi inaugurada, com a intenção de impactar meninas cujos direitos estavam sendo violados na BR-116 (sobretudo casos de exploração e abuso sexual). Deste momento em diante, passaram a ser mantidas quatro Casas Rosas, além do escritório em Belo Horizonte, criado para coordenar essas casas e promover a conscientização da comunidade sobre o assunto, realizar *advocacy* e campanhas educacionais.

Nas Casas Rosas, pratica-se falar de forma leve de assuntos complexos e graves. As meninas que são atendidas relatam que, no momento da violência, é como se a identidade delas fosse subtraída, deixando de ser o que elas são para se tornarem aquilo que o violentador quer que elas sejam. Por isso, é preciso oferecer oportunidades para que elas possam sublimar esses traumas da forma menos dolorosa possível.



***Eu costumo dizer que é dar cores vivas a um cenário de uma desgraça muito grande. Eu tenho um desenho muito feio para colorir, então, ao invés de usar cores cinzas, eu tento usar cores mais alegres, e a partir dali a gente chama a atenção das pessoas para tentar fazer novos desenhos.***

- Entrevistado 1, membro da governança Meninadança



<sup>2</sup> Nome fictício.



Todas as atividades de arte-educação possuem intenções pedagógico-metodológicas de modo que as propostas de dança, teatro e artesanato não se esgotam



#### Prática inovadora

Arte-educação como possibilidade de afirmação de meninas enquanto sujeitas de direitos. A arte-educação possibilita que meninas vítimas de violências possuam ferramentas para identificar as violências sofridas, formas de ajuda e como exercer seus direitos.

na dança, no teatro e no artesanato. Na dança, o estímulo é para que a menina consiga despertar a reapropriação do corpo que lhe foi subtraído. Quando as meninas conseguem fazer um movimento ou um passo de dança dentro de um espaço de tempo ou da cadência da música, elas ficam felizes não só pelo que elas aprenderam, mas porque, naquele momento, o corpo foi dela. A menina deseja somente expressar algo para além de uma perversão sexual de alguém que a olha, a enxerga. No que diz respeito ao teatro, busca-se, de forma

subjetiva, levar as meninas a organizar o que está acontecendo em torno delas para que possam expressar o que as atravessa de forma não verbal. Quando se fala durante as atividades de artesanato, não é apenas sobre as peças que estão sendo feitas; dá-se importância sobre o que se está conversando na mesa enquanto se faz o artesanato. Há também outras atividades, como o salão de beleza e, nesse caso, as meninas aprendem a se cuidar e cuidar do próximo, algo que vai além de apenas “ficar bonita”.

Assim, todas as ações de arte-educação que ocorrem nas Casas Rosas possuem uma intenção maior que acaba sendo o tema norteador das rodas de conversa. Todo início de ano, é escolhido um grande tema a ser debatido com as meninas ao longo do ano. Esse tema é dividido em temas mensais ou bimensais, de acordo com a complexidade, para serem então divididos em subtemas diários. Quem conduz as rodas – assim como as atividades de arte-educação – são **peças da comunidade**, sem formação acadêmica, muitas vezes com baixa escolaridade. Dessa forma, o protagonismo trabalhado não é só das meninas atendidas, mas também da equipe local. As pessoas da comunidade que são funcionárias da Meninadança podem dialogar também sobre os problemas locais. Elas são instrumentalizadas para que deem os estímulos necessários para fomentar as rodas de conversa com as meninas, suas famílias e a comunidade.



#### Prática inovadora

Incluir pessoas da comunidade para a execução das atividades da organização.

As rodas de conversa têm duas regras primordiais: o que se fala em uma roda de conversa deve ser acolhido e o que as meninas falam é mais importante do que o que o(a) oficinairo(a) está falando. O papel do(a) oficinairo(a) é estimular a conversa e engajar as meninas ao diálogo, e não ser o(a) protagonista neste espaço. As rodas são planejadas a partir de concepções filosóficas e sociológicas predeterminadas e a equipe local fomenta as rodas de conversa com excelência – o diálogo e a escuta ativa e sensível é primordial. Em uma das Casas Rosas, a senhora que cuida da cozinha é a pessoa que

mais participa da vida das meninas e dá pistas importantes para a assistente social acompanhá-las.

O trabalho é feito com meninas de 10 a 18 anos em situação de alta vulnerabilidade social e que sofrem diferentes violações de direitos como o abuso e a exploração sexual. Diante de situações de violências, a organização busca constantemente encaminhar os casos à rede de proteção social. Através da Casa Rosa, é possível participar da comunidade e entender as suas dinâmicas culturais.

É importante constatar que a Casa Rosa é apenas um dos pilares da Meninadança. O segundo pilar da organização é a Mudança de Mente, no qual são dados estímulos para dar um suporte às meninas e suas famílias em situação de vulnerabilidade e ampliar seus horizontes e suas possibilidades. As meninas são convidadas, por exemplo, a conversar sobre a cidade com agentes públicos, de modo a se apropriarem do local onde vivem, a conhecer a Câmara Municipal, a entrar em contato com o trabalho de delegados(as) de polícia, entre outros.

O terceiro pilar se refere ao enfrentamento jurídico. A equipe da Meninadança é composta por dois advogados e uma assessora, que lidam com os casos de violência, abuso e exploração das meninas. Por vezes, os advogados da organização atuam como assistentes de acusação do(a) promotor(a) de justiça e fazem a interlocução com a rede de proteção, havendo um esforço de mostrar que a Justiça está lá para todos e todas.

O quarto pilar diz respeito às campanhas realizadas pela Meninadança, que não deixa de ser um trabalho com a comunidade local. É o caso de duas caminhadas feitas pela equipe da organização pela BR-116, nas quais houve um estímulo para a adesão de pessoas que gostariam de contribuir para o enfrentamento da violência contra meninas. Essas campanhas foram cruciais para que a Meninadança pudesse abrir novas unidades de Casas Rosas.

O quinto e último pilar se refere à articulação política, considerando política não como uma concepção partidária, mas de envolvimento com a *pólis*, com a esfera pública, com a cidade. Esse pilar se materializa quando uma pessoa da equipe passa a atuar no Conselho da Criança do estado ou do município, por exemplo, havendo uma articulação política para conscientizar o poder público quanto à necessidade de cuidar das meninas e atuar para que seus direitos sejam garantidos.

## PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

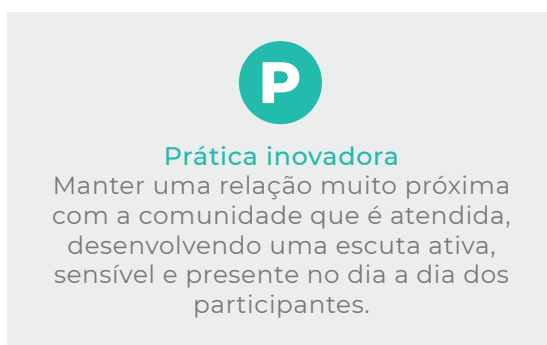
O escritório em Belo Horizonte da Meninadança é composto por seis pessoas, incluindo uma coordenadora de arte e cultura, uma coordenadora de dança e uma coordenadora de suporte psicológico. As Casas Rosas são compostas por uma

coordenação, oficinas, educadoras e funcionárias da cozinha, sempre assegurando o protagonismo da comunidade local.

A Meninadança mantém uma relação estreita com a **rede de proteção social**, isto é, com equipamentos públicos da assistência social, que atuam como parceiros das Casas Rosas principalmente nos encaminhamentos de casos de violência contra meninas. Assim há uma parceria forte com o Conselho Tutelar (CT), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e o Ministério Público, entre outros.



O fato de a atuação da Meninadança se dar em municípios muito pequenos, que muitas vezes não possuem outras instituições além da Casa Rosa, faz com que não haja uma forte articulação com outras organizações. O envolvimento com a própria **comunidade** é tão intenso que se acaba optando por uma atuação mais próxima com as meninas no dia a dia, o que se materializa na **escuta** constante e sensível, em que são investidos os esforços da Meninadança.



O financiamento da Meninadança se dá por meio de doações de pessoas físicas, sendo a maioria do Reino Unido. É recente o financiamento por parte de organizações privadas que fazem a destinação de impostos para organizações sociais.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2020, 163 meninas foram impactadas pelas atividades das Casas Rosa, divididas em 115 famílias. Algumas dessas meninas são encaminhadas para as Casas Rosas pela rede de proteção, outras chegam após a busca ativa da equipe da Meninadança. Foi também reportado que, por vezes, são realizados eventos à noite, nos quais é servida uma pizza, há um filme com pipoca e as meninas que já fazem parte das Casas Rosa levam outras. O grupo de meninas, portanto, é construído a partir de relacionamentos, desenvolvimento de vínculos e confiança com quem já faz parte da organização. Muitas sofreram violações de direitos, outras não entram para a estatística por conta da subnotificação, e há ainda as que são vulneráveis ao extremo, podendo sofrer violações a qualquer momento.

Embora relate fazer avaliações e monitoramento constante dos casos, a Meninadança considera que, diante de um cenário de subnotificação, a quantidade de meninas que

sofreram algum tipo de violência pode ser muito maior. Ainda destaca que, em muitos casos, a criança ou o adolescente demoram um certo tempo para sentir confiança e comunicar o ocorrido ao atendimento psicológico. Tal argumento está de acordo com estudos conduzidos no Brasil em torno da subnotificação de casos de violência contra crianças e adolescentes (UNICEF & FBSP, 2021; Assis et al., 2012).

O entrevistado 1 da Meninadança faz, portanto, uma provocação para que olhemos para além dos números, sobretudo quando se trabalha com casos tão delicados como a violação de direitos de meninas. Para além dos números ou da quantidade de encaminhamentos e atendimentos pelos quais uma menina passa, é essencial a escuta atenta e ativa daqueles(as) que se relacionam com ela e o vínculo criado (Santos et al., 2014).

## POTÊNCIAS E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO

Por meio de atividades artísticas e culturais, a Meninadança contribui para que meninas elaborem e falem sobre as violações de direitos das quais foram vítimas e possam transformar os impactos negativos dos traumas por meio da fala. Uma forte parceria com o poder público garante os encaminhamentos necessários para as meninas que passaram por algum tipo de violação.

Há, no entanto, um grande desafio ao lidar com violências sexuais contra meninas: a grande subnotificação que se enfrenta. Ainda é comum que muitos atores sociais e agentes públicos tenham sido criados em um contexto cultural no qual a violência contra a menina é justificada e legitimada – a vítima muitas vezes é culpabilizada por isso. Muitas famílias ainda estão mais preocupadas com a “honra” do que com a garantia dos direitos da adolescente, evitando expor os casos de violência sexual. Quando uma menina tenta romper com a violência, é comum que haja uma influência da família para tentar convencê-la a não sustentar a denúncia ou até mesmo a voltar atrás com o apelo de que será culpada caso o tio, pai ou outro parente for preso.

A experiência da Meninadança mostra como é urgente o trabalho de organizações que buscam empoderar meninas, convidando-as a se enxergar como sujeitos inteiros – e não subtraídos –, potentes e artísticos, capazes de elaborar suas próprias histórias e tecer narrativas para si pela arte e por rodas de conversa.

## 2.2 INTERVENÇÃO 2: LUTA PELA PAZ

ORGANIZAÇÃO	Luta Pela Paz
INTERVENÇÃO	Aulas de boxe, artes marciais, educação, empregabilidade e cidadania em comunidades afetadas pela desigualdade e violência para que jovens possam se desenvolver e contribuir para a construção de sociedades seguras e inclusivas
FORMA DE VIOLÊNCIA	Diversos tipos de violência
PREVENÇÃO E/OU ENFRENTAMENTO	Prevenção e enfrentamento
REGIÃO	Maré (Rio de Janeiro)
FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS	4 a 29 anos
TEMPO DE ATUAÇÃO	Desde 2000

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2000, o antropólogo inglês Luke Dowdney estava desenvolvendo uma pesquisa no Brasil com o objetivo de entender porque jovens entravam em grupos armados no Rio de Janeiro. Durante sua estadia na cidade, estava tendo dificuldade de engajar jovens para fazer sua pesquisa. Downey era lutador de boxe amador e notou que os jovens passaram a mostrar um interesse até então não manifesto quando viam as luvas de boxe. Foi aí que o antropólogo teve a ideia que hoje é um dos cerne da Luta Pela Paz: as artes marciais podem abrir portas para engajar jovens e crianças e apoiá-los(as) no processo de construção de comunidades mais seguras para viverem. Neste mesmo ano, Luke Dowdney começou a dar aulas de boxe e mentorias a um grupo de jovens no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

A Academia da Luta Pela Paz foi fundada em 2005 no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, e foi desenvolvida a metodologia dos Cinco Pilares no trabalho da organização, que serão descritas adiante.

Desde os primórdios da Luta Pela Paz, houve uma **participação ativa da comunidade**. Durante a pesquisa de Dowdney, o antropólogo começou a identificar quem são as pessoas-chave do Complexo da Maré que poderiam dar aulas de boxe e cidadania para as crianças e jovens. Vale destacar que, até hoje, a maioria dos(as) funcionários(as) da organização são **moradores da comunidade**. Como diz o entrevistado 2, gerente da Luta Pela Paz: “Sempre ficamos muito atentos não só a ter moradores da comunidade na nossa equipe, mas também ao que eles falam para a gente, de que caminho a gente vai seguir”.



#### Prática inovadora

Inclusão efetiva da comunidade para apontar os caminhos da organização e para atuar como funcionários(as) da organização.

Com o intuito de evidenciar o cotidiano das favelas na Maré, o Censo Populacional da Maré 2019 traz dados extremamente relevantes a respeito da realidade demográfica, sociocultural e econômica do local. De acordo com a última pesquisa realizada, a população é composta por mais de 139 mil moradores, sendo que mais da metade são crianças ou jovens com menos de 30 anos. Além disso, 62% da população total se declara preta ou parda. Em termos de escolaridade, apenas 37,6% completaram o ensino fundamental e 19,7% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estão fora da escola (Redes da Maré, 2019). Os dados relatados demonstram o grau de vulnerabilidade dessa população, aspecto fundamental para compreender a relevância das estratégias implementadas pela Luta Pela Paz.

Hoje, a Luta Pela Paz trabalha em comunidades afetadas pela desigualdade e violência para que jovens possam se desenvolver e contribuir para a construção de sociedades seguras e inclusivas. Para isso, a organização lança mão de três estratégias: atuar diretamente com jovens e as crianças, treinar outras organizações ao redor do mundo na metodologia da Luta Pela Paz<sup>3</sup> e um trabalho de *advocacy* que consiste em dialogar com o poder público para promover comunidades seguras de maneira mais sistêmica e ampla para além do contexto da Maré.

## ATUAÇÃO DIRETA COM CRIANÇAS E JOVENS

O público-alvo da Luta Pela Paz são crianças, adolescentes e jovens de 4 a 29 anos. Todos e todas que entram na organização passam por uma primeira entrevista com uma assistente social (a depender da idade, acompanhado/a de um adulto responsável), na qual é feita uma longa conversa com o sujeito para compreender suas condições socioeconômicas, familiares e possíveis fatores de risco para aquele indivíduo (casos de violência doméstica, saúde mental, entre outros).

A **entrevista social** ocorre em salas com proteção acústica e apenas a assistente social possui acesso ao local, garantindo a segurança e o sigilo total das informações

<sup>3</sup> Até a data da realização do estudo de caso, foram treinadas mais de 120 organizações em mais de vinte países.

que a criança ou o(a) jovem relata, sendo um momento chave para que o sujeito vá construindo uma relação de confiança com a Luta Pela Paz e com os atores que a compõem. A pessoa que faz a **entrevista social** com a criança ou o(a) jovem é também a pessoa de referência para ele(a) ao longo de toda a sua permanência na organização, podendo ser acionada a qualquer momento para escutá-la(o).



#### Prática inovadora

Realização da entrevista social com crianças e jovens ao entrar no programa, para que sejam identificadas as potências desse sujeito e os fatores de risco que o(a) atravessam.

A criança ou o(a) jovem que entra na organização pode fazer **aulas de boxe e artes marciais**, entre outras possibilidades que serão exploradas adiante. É importante



#### Prática inovadora

Artes marciais e boxe para engajar crianças, adolescentes e jovens.

destacar que, ainda que prevaleça uma visão das artes marciais como um esporte violento, há uma grande potência nesse esporte para jovens e crianças, sobretudo quando estão em contextos violentos. Além disso, os(as) jovens e as crianças que frequentam as aulas passam a ter contato com adultos

que se tornam uma referência positiva que muitos não têm na sua vida para além da Luta Pela Paz. É também importante mencionar que o boxe e as artes marciais são esportes de baixo custo quando comparados a outros que demandam uma infraestrutura mais específica, como vôlei, futebol ou natação.

No início da Luta Pela Paz, eram promovidas apenas as aulas de boxe, artes marciais e de cidadania – esta última obrigatória para todos e todas. Ao longo do tempo, o processo de escuta contínua dos(as) jovens fez com que outros pilares fossem sendo desenvolvidos. O segundo pilar foi o da **educação**, e passaram a ser oferecidos programas de educação para crianças e adolescentes em situação de risco de evasão escolar ou jovens que tiveram que abandonar os estudos. O terceiro é o de **empregabilidade**, no qual se apoia e capacita jovens para o mercado de trabalho e oportunidades de geração de renda. O quarto pilar é o de **suporte social**, no qual equipes especializadas e o trabalho em rede auxiliam jovens e crianças a superar barreiras e problemas que possam estar enfrentando em suas vidas. Finalmente, o quinto pilar diz respeito à **liderança juvenil**, apoiando a formação de jovens líderes para contribuírem no desenho de programas e influenciarem na tomada de decisões em todos os níveis da organização.

Vale o destaque para o trabalho em rede promovido pela organização. Toda sua equipe é treinada para fazer o encaminhamento adequado ao identificar qualquer questão da criança ou do(a) jovem que precise de mais atenção. Na prática, temos desde o encaminhamento de um(a) jovem que não consegue emprego para participar das atividades de empregabilidade ou do(a) adolescente que está com dificuldades de finalizar o ensino médio para atividades de educação, até o encaminhamento para um atendimento psicológico ou da assistência social, dentro ou fora da Luta

Pela Paz. Pode ocorrer, portanto, de serem feitos **encaminhamentos para equipamentos públicos** como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), entre outros.



#### Prática inovadora

Relação próxima da organização com equipamentos públicos.

Além dos encaminhamentos, são também realizadas visitas domiciliares, no caso de a criança ou o(a) jovem estar faltando constantemente nas atividades da Luta Pela Paz, sem dar notícias aos(às) funcionários(as) responsáveis. Além disso, há casos de jovens que vão até a academia na Maré para se refugiar de episódios violentos na comunidade.



***Não estamos prevenindo a violência quando atuamos com os jovens, mas estamos prevenindo os efeitos da violência nesse jovem, que é uma vítima de um contexto afetado pela violência.***

- Entrevistado 2



A Luta Pela Paz se esforça para mostrar aos jovens e crianças que eles(as) não estão sozinhos(as) e que possuem um lugar seguro para ficar, tendo **acesso livre à academia**.



#### Prática inovadora

Crianças, adolescentes e jovens têm livre acesso à organização, adquirindo um lugar seguro para ficar.

De modo a confrontar estigmas negativos que circundam a experiência de ser jovem, a Luta Pela Paz atua justamente para valorizar esse sujeito, mostrando que ele(a) **possui um lugar em que será muito bem acolhido(a)**. A metodologia de trabalho com o(a) jovem passa por três níveis: atuar para melhorar sua autoestima e sua autopercepção, atuar para

melhorar a sua relação com o outro e atuar para ampliar seus horizontes para que eles e elas possam se implicar e se apropriar mais profundamente em suas possibilidades de futuro.

Já o trabalho com a liderança juvenil tem como propósito promover a potência desses(as) jovens, mostrando que eles(as) podem ter uma ação incisiva na sociedade, de modo que possam propor mudanças e não apenas reagir ao que lhes é oferecido. Nesse sentido, a Luta Pela Paz possui um **Conselho Jovem** formado por jovens de a partir de 15 anos que participam das atividades da organização.



#### Prática inovadora

Existência de um Conselho Jovem, em que os(as) próprios(as) crianças, adolescentes e jovens que participam do programa têm o poder de deliberar e propor novos caminhos para a organização.



Ao mesmo tempo em que esse Conselho se apresenta como um processo formativo para que os(as) jovens possam desenvolver suas potências, é também uma importante instância decisória da organização. É o Conselho que delibera sobre o uso de verbas arrecadadas em festas e eventos, aceita ou recusa novos funcionários na organização, faz reuniões com o Conselho Fiscal e apresenta novas ideias e caminhos para a Luta Pela Paz.

## TREINANDO OUTRAS ORGANIZAÇÕES

A segunda estratégia de atuação da Luta Pela Paz vai além da atuação direta com jovens e crianças e consiste no treinamento de outras organizações a partir da sua metodologia, com o objetivo de disseminar boas práticas ao redor do mundo. Espera-se que as organizações treinadas continuem a fazer o trabalho delas, mas também possam melhorá-lo ao entrar em contato com as experiências bem sucedidas da Luta Pela Paz. Além disso, há a intenção de ajudar a articular atores que já existam.

Ao longo dos mais de vinte anos de existência da Luta Pela Paz, a organização relatou já ter trocado experiência com mais de 120 organizações em mais de 25 países, o que possibilita o acúmulo de habilidades e conhecimentos muito profundos no campo. Para o entrevistado 2, essa é uma das grandes forças da organização: “A experiência acumulada em trabalhar com adolescentes e jovens em contextos de violência facilita para a gente perceber o que não vai dar certo, a começar novos projetos, a identificar os buracos”.

## ADVOCACY

A violência é uma questão social que atravessa a experiência do jovem e da criança no mundo. Portanto, não se deve lidar com a violência apenas desenvolvendo iniciativas cujo foco seja a criança e o jovem, mas é fundamental ampliar a atuação visando uma mudança sistêmica na sociedade. Daí a justificativa de a Luta Pela Paz lançar mão da estratégia de *advocacy*.



***Sabendo que os jovens estão sofrendo impactos da violência, como eles podem sobreviver, como eles podem se fortalecer internamente? Os fatores externos da violência a gente lida com advocacy.***

- Entrevistado 2



É preciso ir além da atuação na Maré para se consolidar uma comunidade segura para todos e todas, fomentando o diálogo com o poder público e mobilizando uma teia de serviços e atores para que se tenha um melhor impacto na segurança pública.

## PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

A Luta Pela Paz é uma organização da sociedade civil (OSC) sem fins lucrativos. Sua atuação depende de editais públicos e de parcerias com organizações internacionais e empresas, sendo que alguns apoios são provenientes do contato direto da Luta Pela Paz com outras organizações que fazem doações. Alguns projetos recebem verbas de editais de organizações internacionais, outros são financiados pela Lei de Incentivo ao Esporte e alguns começaram a ser financiados via Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS), tendo em vista que a Luta Pela Paz também tem projetos específicos para pessoas com deficiência.

A **estrutura de trabalho da organização é horizontal**, sendo que todas as decisões são tomadas de baixo para cima: por exemplo, para decidir um novo projeto, a direção da Luta Pela Paz pergunta para o(a) educador(a) de esportes, que atua diretamente com as crianças e jovens, qual a melhor forma para sua implementação, uma vez que são eles(as) que estão em contato mais próximo com os(as) beneficiários(as) finais da organização.



### Prática inovadora

As decisões são tomadas a partir do diálogo com atores que atuam na ponta, junto com os(as) beneficiários(as) finais da organização.

A Luta Pela Paz também possui parceria com organizações que próximas. “A gente precisa conseguir falar com todo mundo, com as escolas, com as unidades de saúde, com a polícia, com outras organizações próximas à Luta Pela Paz, tentando sempre boa articulação entre elas”, diz o entrevistado 2.

Vale mencionar também a **replicabilidade da organização**. Além da sede no Rio de Janeiro, há também uma academia em Londres. Se a metodologia funciona nesses dois locais, cada um deles com características tão particulares, é possível falar de uma universalidade dessas práticas. Ainda que não haja a intenção de abrir outras academias ao redor do Brasil ou do mundo, é possível sugerir às organizações parceiras à Luta Pela Paz a replicabilidade da metodologia (uso das artes marciais e do boxe para engajar jovens e crianças como um meio para conquistar a confiança deles/as, identificar e prevenir casos de violência se for o caso, e, sobretudo, para desenvolver suas potências) durante os treinamentos que são feitos a elas.



### Prática inovadora

Replicação do projeto em contextos diferentes, criando uma gestão em rede a partir da capilaridade.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Foi relatado ser feito um acompanhamento contínuo dos(as) beneficiários(as) da Luta Pela Paz por meio de um questionário autoperenchido e totalmente anônimo



#### Prática inovadora

Acompanhamento contínuo dos beneficiários da organização por meio da aplicação de questionário, entrevista ou grupo focal.

para jovens a partir de 15 anos, buscando entender suas perspectivas de futuro, como está o relacionamento com colegas que também frequentam a organização, questões de gênero, entre outras. Para além do **questionário**, as informações sobre os(as) participantes da Luta Pela Paz são também obtidas por meio de **grupos focais e entrevistas** com os(as) jovens

para melhor entender os efeitos da organização nas vidas deles(as).

Em 2020, foi relatado que 1.889 jovens participaram de maneira remota e presencial em programas e serviços de academias em Londres e no Rio de Janeiro. Foram realizadas 240 sessões de mentoria e suporte social, 560 visitas domiciliares presenciais em apoio às famílias mais vulneráveis da Maré, 98 sessões de apoio à empregabilidade, 67 sessões de educação, 61 sessões de desenvolvimento pessoal e 108 sessões de liderança juvenil. Além disso, foram realizadas 451 sessões online de esportes de combate, com a participação de 842 jovens ao longo de dez meses, período durante o qual a academia esteve fechada em virtude da pandemia de COVID-19. Nos momentos em que houve uma flexibilização das medidas de segurança da pandemia, registrou-se 253 sessões presenciais de esporte com a participação de 503 jovens. Além disso, dez novas organizações na metodologia da Luta Pela Paz no Reino Unido e Suécia foram treinadas.

## POTÊNCIAS E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO

Como a Luta Pela Paz depende de verbas externas para continuar existindo e é muito rara a existência de editais que financiem pesquisas, não há verba suficiente para o desenvolvimento de pesquisas para acompanhar o jovem a longo prazo, depois de sair da Luta Pela Paz. O entrevistado 2 reconhece que é preciso verificar os efeitos da Luta Pela Paz a longo prazo, de forma mais duradoura sobre os(as) jovens, verificando se a organização tem, de fato, efeitos positivos nas vidas deles(as).



#### Prática inovadora

A intervenção possibilita que sejam formados(as) futuros(as) educadores(as) de artes marciais e boxe em diferentes localidades.

O projeto é sustentável na medida em que possibilita que sejam **formados(as) futuros(as) educadores(as)** de artes marciais e boxe. Isso já aconteceu com jovens que saíram da Luta Pela Paz e abriram suas academias em suas próprias comunidades.

Finalizamos trazendo um caso emblemático de um jovem que entrou na Luta Pela Paz e, durante sua estadia no projeto, descobriu que havia um mandado de busca contra ele. O jovem tomou a decisão de se entregar, ficou preso por cerca de um ano e, durante esse período, teve visitas

recorrentes da assistente social e da mentora da Luta Pela Paz. Quando saiu da situação de cárcere, retornou para o projeto, conseguiu terminar a escola e atualmente ele é padeiro, trabalha com carteira assinada e fala abertamente com os outros jovens sobre o seu caso para engajá-los(as) a não desistir e a buscar ajuda.

## 2.3 INTERVENÇÃO 3: PROJETO CUNHATAÍ IKHÃ

ORGANIZAÇÃO	Associação Nacional de Ação Indigenista
INTERVENÇÃO	<u>Projeto Cunhataí Ikhã</u> : educação para meninas indígenas. Atuam através do diagnóstico sobre a educação indígena, formação de meninas indígenas e campanhas
FORMA DE VIOLÊNCIA	Diversos tipos de violência
PREVENÇÃO E/OU ENFRENTAMENTO	Prevenção e enfrentamento
REGIÃO	Bahia
FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS	14 a 24 anos
TEMPO DE ATUAÇÃO	Desde 2018

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Projeto Cunhataí Ikhã (que significa “meninas na luta”) foi fundado em 2018 durante a visita de Malala Yousafzai a Salvador, como uma iniciativa da Associação

Nacional de Ação Indigenista (Anaí). A Anaí, por sua vez, é uma instituição sem fins lucrativos criada em 1979 para promover o diálogo entre a sociedade e os povos indígenas no país. Além do apoio da Fundação Malala (Malala Fund), o processo de criação do projeto incluiu a direção da Anaí e **juvens estudantes indígenas** da Universidade Federal da Bahia (UFBA).



#### Prática inovadora

Inclusão da comunidade beneficiária no processo de desenvolvimento da intervenção.

O principal objetivo deste projeto é dar acesso à educação para meninas indígenas de 14 a 24 anos em comunidades indígenas na Bahia. O projeto possui três frentes principais de atuação: diagnóstico sobre a educação indígena, formação e campanhas de comunicação. O **diagnóstico** é realizado para a produção de informações qualitativas

sobre as necessidades e interesses das meninas indígenas em relação à educação. Através de formações com duração de três meses, a equipe fornece cursos que englobam temas como direito indígena e indigenista, discriminação racial e empoderamento feminino. Ao abordarem tais temas, incluem tópicos mais específicos, relacionados a cyberbullying, violência do Estado<sup>4</sup>, racial, física, psicológica, doméstica e sexual. As campanhas, por sua vez, são realizadas com o protagonismo das próprias meninas indígenas e têm como objetivo sensibilizar a população em torno do tema da educação indígena. O financiamento das atividades conta com o apoio exclusivo da Fundação Malala.



#### Prática inovadora

Elaboração de diagnóstico local antes da implementação da intervenção.

De acordo com os(as) residentes da área, o ambiente em que as comunidades indígenas estão inseridas é propício para diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes. Por viverem em terras que são constantemente invadidas, crianças e adolescentes indígenas enfrentam violência física e racial durante a luta pela manutenção do território e no processo de remoção das comunidades. Este aspecto foi mencionado por uma membra da governança da associação (entrevistada 3A): “Muitas das meninas que participam do projeto têm parentes que já foram cruelmente assassinados”. Além disso, durante as lutas por terra, espaços públicos (como, por exemplo, o incendiamento de escolas e casas de reza indígenas) são degradados. A constante incerteza a respeito do local de residência é uma forma de violência psicológica contra essas crianças e adolescentes que não se sentem seguras para realizar atividades básicas do dia a dia.



***Não tem como tirar essas meninas do contexto que elas vivem, do contexto que os povos indígenas vivem no Nordeste. É esse processo constante de violência.***

- Entrevistada 3A, uma das mulheres indígenas que faz parte da coordenação do projeto



Além da violência externa, normalmente exercida pelo Estado ou por indivíduos na disputa de terra, também existem violências propagadas pela própria comunidade. Conforme relatado por meninas indígenas que moram na região, crianças e mulheres enfrentam a violência doméstica constantemente devido ao alto consumo de álcool em algumas comunidades. No que diz respeito à violência sexual, é recorrente que meninas fiquem grávidas ainda na adolescência e por isso sejam excluídas e discriminadas dentro da própria família. Elas ficam então mais vulneráveis, sem apoio do Estado ou daqueles ao seu redor.

<sup>4</sup> “Sobre a violência estatal, articula-se a reflexão sobre os mecanismos de preservação da sociabilidade que está na base da formação sócio histórica brasileira a partir de seus traços escravagistas e coloniais, que se atualizam como ‘memória incorporada’ e que segue produzindo seus efeitos em processos de criminalização da pobreza e na exacerbação do punitivismo – modos objetivos de expressão violência do Estado.” (Arend & Geershenson, 2019). *Sete estratégias para por fim à violência contra crianças*. Washington, D.C. : OPAS, 2017.

Outro ponto importante relatado é o assédio que meninas ainda jovens sofrem no mundo online. O cyberbullying ocorre de diferentes formas, incluindo discriminação racial e de gênero. Nesse caso, a propagação de violências online ocorre tanto por membros da comunidade quanto por atores externos.

O ciclo de violência contra crianças e adolescentes nas comunidades indígenas é extremamente complexo e envolve questões específicas territoriais e culturais. É evidente que há dificuldade para focar em apenas um tipo de violência, uma vez que uma forma de violência acaba por influenciar outras. Como disse uma das mulheres indígenas que faz parte da coordenação do projeto:



*É um ciclo de violência. O Estado já faz suas violências e tem muitas pessoas que não sabem lidar com a violência e se tornam violentas também. Além das violências do Estado, as meninas também sofrem violências dentro da comunidade por pessoas que se tornaram violentas devido a conflitos de demarcação de território. A violência macro que ocorre durante as lutas por terra causa diversas outras microviolências.*

- Entrevistada 3C, uma das pessoas que fazem parte da coordenação do projeto



A discriminação racial e a abordagem violenta do Estado e dos proprietários de terra são os principais determinantes de risco à segurança da população indígena (Cimi, 2020). Ao mesmo tempo que sofrem com diversos tipos de violência, a população indígena também é afetada pela desassistência na educação escolar. De acordo com uma pesquisa publicada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), há muita omissão do poder público que resulta em falta de pagamento a professores, indisponibilidade de escolas em determinados territórios, falta de infraestrutura nas salas de aula e de merenda escolar.

Assim, o Projeto Cunhataí Ikhã busca prevenir tais violências cometidas contra meninas por meio da **educação**. Dessa forma, os(as) membros(as) do projeto atuam tanto na área de prevenção e enfrentamento de violências quanto no pilar de acesso à educação. Ao compartilhar informações sobre história indígena e direito das mulheres, entre outros tópicos, a equipe prepara as estudantes para conhecer seus direitos na sociedade e se defender de possíveis violências futuras.

O projeto também trabalha com acolhimento frente à violência psicológica ao estabelecer parcerias com psicólogos(as) da rede pública para atenderem as participantes. No entanto, de acordo com uma das entrevistadas, as participantes confiam mais nas pessoas que trabalham no projeto e apresentam uma certa resistência quanto ao envolvimento do setor público, incluindo psicólogos(as), redes de apoio e polícia. Ela ainda menciona que, devido à falta de recursos, não há um procedimento

com base metodológica para o atendimento das meninas, mesmo sendo do interesse dos organizadores da intervenção conhecer e implementar protocolos de atendimento.

## PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Atualmente, a equipe do projeto é estruturada de forma horizontal, composta por cinco membros na governança e formadoras que são contratadas a cada módulo de ensino (que acontece a cada três meses). Os membros da governança tomam as **decisões em conjunto** após conversas entre a equipe. Com o objetivo de que as meninas indígenas possam se inspirar e espelhar, as formadoras contratadas são normalmente mulheres indígenas que fazem parte da comunidade local. Em geral, os pais apoiam a participação de suas filhas no projeto e há casos em que as próprias formadoras optam por incentivar a participação de suas filhas nos cursos.



### Prática inovadora

Participação de múltiplos atores na tomada de decisão.

Além da equipe interna, o Projeto Cunhataí Ikhã possui uma rede de **parcerias externas**. O projeto faz parte de uma rede internacional com outras organizações



### Prática inovadora

Vasta possibilidade de rede de parcerias que possibilitam a construção conjunta e troca de saberes, incluindo entidades nacionais e internacionais.

que também recebem suporte da Fundação Malala. De acordo com uma das entrevistadas, os(as) membros(as) do projeto ainda não tiveram a oportunidade de se integrar com todos os(as) participantes da rede, mas acham extremamente importante a troca de experiências. Também possuem parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), já que muitos(as) dos(as) estudantes cooperaram na construção do projeto e hoje trabalham na área

de governança ou na formação. Por fim, a única forma de apoio do governo é a parceria com psicólogos(as) que trabalham no setor público – a intenção é que as beneficiárias da iniciativa passem a receber apoio psicológico. Como mencionado anteriormente, ainda há uma resistência por parte das meninas, mas os membros do projeto acreditam que se trata de uma parceria de extrema importância.

O Projeto Cunhataí Ikhã é uma das únicas intervenções no Brasil que enfrenta e previne violência contra crianças e adolescentes **com foco específico nas comunidades indígenas**. Devido às suas especificidades e à falta de recursos, a equipe ainda não realiza muitas trocas de experiências com outras iniciativas da área, mas possui interesse em fazê-lo. Há também o desejo de que o projeto seja



### Prática inovadora

Intervenção voltada especificamente para comunidades indígenas.



replicado e multiplicado, porém ainda não sabem o que acontecerá em termos financeiros após abril de 2022, quando acaba o projeto piloto.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Desde a criação do projeto, a equipe vem cumprindo com o objetivo de ensinar meninas indígenas e reduzir a violência contra este grupo. Para compreender os resultados obtidos, a equipe utiliza formulários em que as estudantes podem responder como se sentem em relação ao curso e sugerir mudanças. E apontam **quatro indicadores** que mostram os ganhos do programa:

- engajamento de meninas na mobilização de pares para adesão às formações;
- maior número de denúncias a respeito de violências contra meninas indígenas;
- meninas respondem o formulário de forma positiva;
- maior participação política das meninas em marchas e protestos de reivindicação pelos direitos indígenas.



### Prática inovadora

Implementação de ferramenta para medir resultados.

Os quatro indicadores apontam resultados positivos, pois as estudantes acreditam na importância do programa para o seu empoderamento e isso aponta para a possibilidade de dar continuidade às formações. Os indicadores também mostram que a equipe adquiriu a confiança dessas meninas para que elas realizassem mais denúncias sobre violências. O projeto identifica e encaminha casos de violência que possivelmente não teriam sido denunciados. A confiança adquirida e a identificação de casos de violência é extremamente relevante para que se possa realizar diagnósticos da situação atual e aperfeiçoar as técnicas de enfrentamento e prevenção. Por fim, a maior participação política sugere que essas meninas se sintam mais confiantes e preparadas para lutarem por seus direitos, incluindo a luta pela eliminação de violências contra as crianças e adolescentes de sua comunidade.

## POTÊNCIAS E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é um tema complexo, especialmente quando trabalhado em comunidades indígenas, em que diversas formas de violência estão presentes no cotidiano dos(as) moradores(as). O projeto apresenta atividades e interesse em proteger as meninas de possíveis violências, mas ainda há pouca base metodológica para o enfrentamento de violências que afetam o público beneficiário. Isso se deve ao fato de ser um projeto recente e ainda não possuir recursos para expandir e aprofundar sua atuação.

Além disso, há incerteza quanto à fonte de financiamento no futuro. Por dependerem exclusivamente da Fundação Malala, ainda não há confirmação do que irá acontecer após a finalização desse projeto piloto. Ao mesmo tempo, os(as) membro(as) da equipe e as beneficiárias mostram motivação e interesse em dar continuidade ao trabalho.

Outro fator limitante é a exclusão digital das comunidades indígenas. A falta de internet ou computadores pode prejudicar o aprendizado delas, além de limitar o contato com outras iniciativas na área. Durante a pandemia de COVID-19, o principal desafio foi manter a participação das estudantes nas aulas remotas, uma vez que muitas não têm acesso a meios digitais.

Por fim, é preciso dar atenção na relação com o poder público. Devido ao comportamento violento do Estado, a comunidade indígena costuma ter uma percepção negativa em relação aos agentes e serviços públicos. Desse modo, a comunidade indígena apresenta resistência em confiar em profissionais do setor público quando um serviço é ofertado (como, por exemplo, as conversas com psicólogos). O distanciamento e/ou a relação de conflito entre o setor público e essas comunidades colocam crianças, adolescentes e jovens indígenas em ambientes ainda mais isolados e sem proteção.

## 2.4 INTERVENÇÃO 4: PROGRAMA CIDADÃO DIGITAL

ORGANIZAÇÃO	<u>SaferNet Brasil</u>
INTERVENÇÃO	Programa Cidadão Digital para jovens (19 a 25 anos) e formação e educação remota para adolescentes (13 a 17 anos)
FORMA DE VIOLÊNCIA	Vazamento de conteúdo íntimo nas redes, violências especificamente voltadas para o público de mulheres, população LGBTQIA+ e cyberbullying
PREVENÇÃO E/OU ENFRENTAMENTO	Prevenção
REGIÃO	Todo o país
FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS	Adolescentes de 13 a 17 anos e jovens de 19 a 25 anos
TEMPO DE ATUAÇÃO	2 anos

INTERVENÇÃO 4

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Cidadão Digital é uma iniciativa desenvolvida pela SaferNet Brasil, associação civil sem fins lucrativos fundada em 2005 que tem como foco a promoção e defesa dos direitos humanos na internet no Brasil e vem atuando em parceria com a Meta. Em pesquisa realizada pelo UNICEF com estudantes brasileiros, 37% dos respondentes afirmaram já ter sido vítima de cyberbullying, sendo que 36% destes já deixaram de ir à escola após ter sofrido bullying (UNICEF, 2019). Os dados alarmantes mostram a necessidade de implementação de iniciativas como o Programa Cidadão Digital.

O Programa Cidadão Digital teve início em 2020 e foi gestado em um contexto ainda pré-pandêmico, partindo da necessidade de se conferir mais robustez para o trabalho de conscientização e campanhas que a SaferNet já realizava. Com a pandemia de COVID-19, foi necessário modificá-lo significativamente, que originalmente seria executado em um contexto presencial. Em 2020, portanto, o programa e as modificações a ele propostas passaram a ter como foco o apoio às escolas públicas no

contexto de ensino remoto, tendo em vista os desafios que o novo modelo de ensino impõe aos professores e adolescentes.

O projeto possui dois objetivos principais relacionados entre si: a formação de jovens mobilizadores de 19 a 25 anos em temáticas de segurança digital, educação midiática e cidadania digital, além da promoção de ações educativas sobre os temas junto a educadores da rede pública de ensino e adolescentes de 13 a 17 anos de todo o país.

A formação de jovens mobilizadores acontece em um curso com duração de dois meses para que os jovens possam ter contato com as temáticas do programa e dessa forma se tornarem mobilizadores. Alguns desses jovens são selecionados para serem embaixadores bolsistas do programa nas escolas públicas por um período de seis meses. Os(as) embaixadores(as) são responsáveis por levar ações educativas e criativas para adolescentes de 13 a 17 anos, que, além dos(as) próprios(as) educadores(as), são os(as) principais beneficiários(as) do programa.

A **formação de jovens** tem o objetivo de tornar a linguagem mais acessível para os adolescentes envolvidos nas dinâmicas que acontecem nas escolas em razão da proximidade geracional de ambos os públicos. A ideia é tornar as conversas com os(as) estudantes mais envolventes e criativas, fugindo da lógica expositiva. Vale destacar que, para além dos jovens mobilizadores, também é oferecido aos professores e educadores em geral um curso de formação continuada nas temáticas desenvolvidas.

Quanto aos temas trabalhados, eles estão divididos em seis grandes áreas: privacidade e reputação online, comportamentos positivos, relacionamentos saudáveis, criptografia, educação midiática e, por fim, autocuidado e saúde emocional. A violência aparece de forma transversal em praticamente todas as áreas, mas especialmente em duas delas: relacionamentos saudáveis (em que são trabalhados pontos como sexting, prevenção de vazamento de conteúdo íntimo nas redes, além de violências específicas, voltadas para mulheres e população LGBTQIA+) e comportamentos positivos (que debate temas como cyberbullying, respeito e celebração da diversidade, discurso de ódio etc.).

Vale destacar que nem sempre todas as temáticas são trabalhadas em todas as escolas beneficiárias, pois o escopo do trabalho é definido em conjunto com as demandas específicas de cada lugar. Antes da definição, é realizado um **mapeamento de demandas**,



#### Prática inovadora

Formar mobilizadores que tenham proximidade geracional com os(as) beneficiários(as), tornando a linguagem e conteúdo produzidos mais acessíveis, interessantes e interativos.



#### Prática inovadora

Antes da execução das atividades, é feito um mapeamento de necessidades específico para cada escola beneficiária, levando em conta as demandas de cada local, não só do ponto de vista dos gestores, mas também dos(as) próprios(as) alunos(as).

que consiste em um contato prévio feito pelos embaixadores com as escolas públicas para que estas apontem as temáticas mais relevantes para a sua realidade específica. Além do contato com os gestores das escolas beneficiárias, parte do mapeamento que antecede as atividades executadas pelos embaixadores envolve diretamente os(as) beneficiários(as) por meio de questionários em que podem apontar questões ou dúvidas que gostariam que fossem abordadas no decorrer das atividades propostas.

A iniciativa possui abrangência nacional e esteve em quase todas as unidades federativas (UFs) do país (25 das 27 UFs). Em 2021, atuaram em 24 unidades federativas. Um dos **pilares da seleção de embaixadores é a diversidade** (regional, racial e de gênero) – em 2021, o Cidadão Digital passou a ter as suas primeiras embaixadoras indígena e quilombola. É importante destacar também que os embaixadores não têm a obrigação de vínculo com os seus territórios de origem, sendo comum que embaixadores atuem em escolas de regiões distintas (por exemplo, uma embaixadora da região Norte pode realizar uma intervenção em uma escola pública do Sul do país). O trabalho de embaixadores fora de seus territórios de origem tem sido reconhecido como uma prática positiva pelos gestores do programa, pois além de promover a diversidade, propicia contato e aprendizado sobre diferenças socioculturais e regionais.



#### Prática inovadora

Estabelecer critérios de vulnerabilidade para a identificação de mobilizadores e embaixadores, de forma a garantir representatividade regional, racial e de gênero, ampliando o intercâmbio cultural e fomentando o respeito à diversidade.

Como se nota, há uma grande preocupação com os critérios vulnerabilidade e marcadores sociais da diferença. O projeto faz ações de conscientização e educação de caráter mais pontual para além das dinâmicas construídas nas escolas. No Dia da Consciência Negra, por exemplo, foram feitas transmissões online (*lives*) abertas que contaram com a presença dos embaixadores e embaixadoras negros(as). De acordo com o entrevistado, que trabalha na coordenação do Cidadão Digital, esse trabalho de conscientização é muito importante, pois boa parte das temáticas trabalhadas pelo programa estão intimamente relacionadas à discriminação, como é o caso do cyberbullying, que muitas vezes decorre de padrões sociais ligados ao racismo e à xenofobia.

Com foco na educação, o Cidadão Digital se insere como estratégia de prevenção à violência contra crianças e adolescentes:



***Entendemos que temos um histórico de trabalho muito sólido com relação à prevenção da violência contra crianças e adolescentes em outros projetos e em outras iniciativas (...)  
Entendemos a prevenção pela educação como uma estratégia-chave não só a partir do que temos, por exemplo, de marcos***

*legais que falam sobre isso, mas também a partir do que a gente chama de 'educação entre pares'. O Cidadão Digital entende isso como um de seus pilares, que é de fato colocar os adolescentes para conversar entre si e trazer os jovens, que acabaram de ser adolescentes (estão próximos em termos geracionais) para conversar com esse público, para orientá-lo. Entendo que temos um link importante que pode ser explorado nessa educação entre pares.*

- Entrevistada 4



O caráter formativo das ações do Cidadão Digital não se limita a jovens, adolescentes e professores(as) envolvidos(as). Há também formações – cursos, palestras e treinamentos – direcionadas a outros públicos que trabalham diretamente com a questão da violência, especialmente profissionais que compõem a linha de frente dos serviços de acolhimento.

Sobre a garantia da escuta protegida estabelecida pela Lei nº 13.431/2017, há um cuidado significativo no tratamento de demandas que podem surgir nas dinâmicas executadas, pois os(as) embaixadores(as), apesar de capacitados e treinados por dois meses, não são psicólogos ou profissionais das áreas de saúde e assistência social. Em razão disso, a SaferNet disponibiliza seu serviço de acolhimento e orientação a vítimas de violência online ([canaldeajuda.org.br](http://canaldeajuda.org.br)), cuja equipe é formada por psicólogos capacitados para atender a demandas de crianças e adolescentes. O serviço funciona de segunda a sexta em horários determinados, via chat anônimo ou e-mail. No caso de denúncias de crimes cibernéticos, o público é orientado a registrá-las na Central de Denúncias da SaferNet ([denuncie.org.br](http://denuncie.org.br)), que as encaminha para outros serviços especializados.

No período de capacitação, os(as) embaixadores(as) aprendem sobre o fluxo de denúncias acerca da violência para que possam indicar o contato do Canal de Ajuda e da Central de Denúncia, explicando o papel de cada um deles. Caso algum(a) aluno(a) acesse o(a) embaixador(a) acerca de violência que tenha sofrido ou que teve conhecimento, o(a) embaixador(a) é orientado(a) a realizar o acolhimento da vítima e encaminhá-la para a central de ajuda.

## PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Além da SaferNet, responsável pela execução do projeto, o projeto é financiado pela Meta. Todas as pessoas envolvidas na equipe (tanto embaixadores-bolsistas quanto a equipe da SaferNet) são remuneradas. Há alguns casos pontuais de voluntariado, formado sobretudo por jovens mobilizadores que foram impactados pelo programa e que querem seguir realizando as atividades em seus territórios.

A atuação de atores privados se limita, entretanto, ao financiamento do programa. Outro ator que também faz parte do ecossistema de relações do Cidadão Digital é o terceiro setor, principalmente por meio de parcerias estabelecidas com organizações da sociedade civil e projetos coletivos que atuam com adolescentes.

O governo, por sua vez, também é um parceiro importante da iniciativa via Secretarias de Educação (tanto estadual quanto municipal), cujo contato se dá por meio de reuniões de alinhamento e negociação do que pode ser levado para dentro das escolas, assim como as próprias instituições da rede de ensino pública, que são as principais parceiras do projeto.

Há ainda relações pontuais com outros equipamentos da rede pública que se dá pela realização de atividades voltadas a outras secretarias que trabalham com adolescentes para além da educação (cultura, juventude etc.). O Programa Cidadão Digital também trabalha com órgãos que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Há uma avaliação constante por parte dos gestores do programa para entender o papel dos diferentes grupos que participam das ações desenvolvidas: jovens mobilizadores, embaixadores, adolescentes que participam das atividades, educadores – tanto da rede pública quanto de líderes de OSCs, projetos, movimentos sociais, educadores de escolas privadas –, comunidade escolar e famílias beneficiárias. A partir desta avaliação foi identificada a necessidade de criação de um “meio de campo” entre os gestores (coordenadores) e os embaixadores do programa, criando-se a “mentoria” (formada por jovens que haviam trabalhado como embaixadoras e que passaram a compor a sua equipe gestora). Em 2021, o programa contou com cinco mentoras, todas mulheres.

Por fim, quanto à governança do Programa Cidadão Digital, vale destacar que as decisões são tomadas prioritariamente pela equipe responsável pela gestão do projeto, que é formada por dois coordenadores e **cinco mentoras**.



#### Prática inovadora

Incorporar jovens que participaram das outras etapas formativas do projeto à equipe responsável pela gestão do programa e pelos processos de tomada de decisão.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2021, mais de 900 jovens provenientes de 325 municípios, de 27 UFs, se inscreveram no Programa Cidadão Digital. Dentre as pessoas inscritas, foram selecionados(as) 125 mobilizadores(as) de 53 municípios e 20 UFs, sendo a maior parte desse público formada por mulheres (60,8% cis e 1,6% trans). Por fim, foram escolhidos(as) 14 embaixadores(as), de 14 municípios e 13 UFs (64% mulheres).

Vale destacar que todos esses dados, assim como os abaixo listados, se encontram sistematizados por meio de indicadores interativos quantitativos disponibilizados na **plataforma online do Programa Cidadão Digital**:

- 1.431 atividades realizadas;
- 126 mil estudantes impactados;
- Mais de 66 mil educadores mobilizados;
- Mais de 4.700 pessoas impactadas de outros públicos;
- Mais de 201 mil pessoas participaram das *lives* produzidas pelo programa.

Além disso, o perfil demográfico dos jovens impactados também é apresentado na plataforma digital de forma interativa e desagregada por raça, identidade de gênero e origem regional.

Além dos indicadores quantitativos, há também avaliações qualitativas que são enviadas a um **espaço específico do site** para receber comentários e *feedbacks* de adolescentes que participaram das atividades e que hoje conta com mais de 19 mil *feedbacks*.



#### Prática inovadora

Estabelecer um sistema online de indicadores interativos para que sejam acessados os resultados do programa e o perfil dos beneficiários impactados pelas suas ações.



#### Prática inovadora

Oferecer um espaço online para o envio de comentários e *feedbacks* do público beneficiário acerca das ações realizadas pelo programa.

## POTÊNCIAS E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO

O maior desafio apontado pelo entrevistado foi o mesmo do ensino no contexto pós-pandêmico: desde 2020, as ações do Cidadão Digital foram executadas em ambiente virtual e, com o retorno do ensino presencial ou híbrido, será necessário desenhar outras formas de implementar as ações nas escolas. Há, portanto, desafios decorrentes das incertezas sobre o modelo de ensino (presencial, híbrido ou online) e o que isso gerará de transformação nas próprias demandas das escolas.

A pandemia de COVID-19 também trouxe impactos negativos ao público beneficiário, o que pode ser sentido pelo aumento da necessidade de se trabalhar as temáticas de autocuidado e saúde emocional.

Apesar dos desafios impostos pela nova conjuntura, a transição para as atividades remotas permitiu a expansão para territórios que não teriam sido alcançados caso as ações tivessem sido implementadas nos moldes pensados inicialmente (exclusivamente presencial). Dessa forma, foi possível ao Cidadão Digital estar presente em quase todas as unidades federativas brasileiras, ampliando significativamente a sua representatividade regional e sua incidência de forma geral.



## 2.5 INTERVENÇÃO 5: NAVEGUE NÃO NAUFRAGUE

ORGANIZAÇÃO	Ministério Público do Estado do Pará
INTERVENÇÃO	<u>Navegue Não Naufrague</u> : sensibilização e esclarecimento da importância da identificação, prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes na comunidade escolar. Além de reforçar o papel da escola em relação ao disposto no Artigo 245 do ECA
FORMA DE VIOLÊNCIA	Violência sexual
PREVENÇÃO E/OU ENFRENTAMENTO	Prevenção e enfrentamento
REGIÃO	Pará
FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS	Crianças entre 5 e 12 anos e adolescentes
TEMPO DE ATUAÇÃO	4 anos

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O projeto, idealizado pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do estado do Pará, teve início em 2018 e decorreu da avaliação de que persiste o problema da subnotificação de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Uma das razões é o fato de as vítimas não procurarem o sistema de Justiça e outra é porque nem sempre as denúncias são encaminhadas corretamente pela rede de atendimento (UNICEF & FBSP, 2021; Assis et al., 2012).

Deu-se início ao desenho de algumas estratégias de trabalho extrajudicial voltadas à problemática a partir de conversas com a equipe técnica do Ministério Público (MP). De acordo com a entrevistada 5, a necessidade de ir além da atuação de gabinete decorre do entendimento de que o(a) promotor(a) deve ser proativo(a), efetivo(a) e estar cada vez mais próximo(a) da sociedade – segundo, inclusive, determina o próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O principal dilema colocado foi como trabalhar um tema tão sensível como a violência sexual com o público infantil, tendo em vista que essa forma de violência evolui justamente porque a vítima não se percebe como vítima, principalmente quando a violência se dá no âmbito familiar. Com isso, foi identificada a importância de, no âmbito escolar, ensinar as crianças sobre as diferenças entre o que é carinho e o que é abuso sexual, a conhecer melhor o seu próprio corpo e reforçar também as obrigações da legislação quanto à notificação da violência pelo sistema de saúde, assim como pelos professores.

Ainda na etapa de planejamento, **audiências públicas** foram realizadas com a comunidade (Belém/PA) para definir um plano de atuação. Nessa ocasião, a sociedade civil elegeu o enfrentamento da violência sexual como o tema que o Ministério Público deveria tratar com prioridade. Os participantes enfatizaram ainda a necessidade de o Ministério Público estabelecer parcerias com escolas, igrejas, associações de bairros e clubes para discutir formas de prevenção a violência sexual (MPPA, 2019).



#### Prática inovadora

Definição do plano de atuação precedida da realização de audiências públicas ou reuniões abertas com a comunidade para identificar as demandas prioritárias do território.

Além da audiência pública, foram feitas reuniões de alinhamento entre a Secretaria Estadual e a Secretaria Municipal de Educação para a apresentação de estratégias de enfrentamento da violência sexual a serem desenvolvidas com a comunidade escolar por meio do projeto. Também foram feitas conversas com todos os Conselhos Tutelares de Belém para que estes indicassem escolas que deveriam ser contempladas pelo projeto dentro de sua área de atuação e com base nos registros de violação de direitos de crianças e adolescentes (MPPA, 2019).

Dessa forma, a seleção das escolas foi baseada nas indicações dos conselheiros tutelares e nos registros oficiais de ocorrências dos respectivos Conselhos Tutelares. Vale destacar também que, ao menos nesses primeiros anos de atuação do projeto, as escolas impactadas se restringem àquelas localizadas nos municípios de competência da promotoria da capital em Belém<sup>5</sup>.

Após a eleição do tema – violência sexual – e dos locais prioritários para a aplicação das ações, foi necessário formular a metodologia das atividades desenvolvidas no âmbito escolar. Para tanto, foi realizada reunião com a Faculdade Faci Wyden, que já desenvolvia projetos na área da infância e juventude (como, por exemplo, o Projeto ECA Vai à Escola), para ser parceira nas ações do Ministério Público. Foi então assinado um Termo de Cooperação Técnica com a instituição de ensino que passou a formular as estratégias de atuação do Navegue Não Naufrague junto ao MP.

<sup>5</sup> As entrevistadas destacam, entretanto, que o projeto tem recebido convites de escolas de outras comunidades que estão fora da competência da promotoria. Recentemente, por exemplo, o Navegue Não Naufrague foi levado até o Furo do Arrozal, acompanhando a Marinha.

Foram criadas **três estratégias de ação diferentes**, cada uma customizada e destinada a um público-alvo específico. Uma para crianças entre 5 e 12 anos, outra voltada para adolescentes e uma terceira destinada a pais, responsáveis, professores e corpo técnico da escola.

Para o público-alvo de crianças, os alunos da Faci Wyden, sob a supervisão da pedagoga do Ministério Público que também é professora da instituição, montaram um teatro de fantoches com personagens como conselheiro tutelar, professor, criança/aluno e o abusador, que na história é o avô da vítima, mostrando como a criança deve proceder se estiver vivenciando uma situação dessa natureza.

Já para falar com os adolescentes e levando em consideração o uso das mídias digitais, foi desenvolvida a cartilha *Navigate Não Naufrague*. Com uma linguagem simples, a cartilha conta histórias do dia a dia que configuram crimes, alertando os jovens para a necessidade de conhecer situações abusivas, saber se prevenir delas, usar a internet de forma segura e conhecer a rede de proteção da infância e juventude (MPPA, 2019).

Para falar com pais, responsáveis, professores e o corpo técnico da escola, foi utilizada a cartilha *Enfrentamento à violência sexual*, que foi elaborada em 2015 para outras ações ministeriais. O conteúdo da cartilha aborda conceitos de condutas que são tipificadas como crimes contra a dignidade sexual, quais são as responsabilidades dos pais e a obrigatoriedade de notificação dos casos de violência por parte dos professores (apresentação do fluxo de atendimento, dos órgãos de proteção e de suas atribuições).

Ainda sobre a notificação de casos de violência, caso os responsáveis pela condução das ações nas escolas recebam relatos de violência, a orientação dada é fazer o acolhimento (sem fazer perguntas sobre o que aconteceu) e encaminhar a criança para rede de apoio cuja atribuição é fazer a escuta adequada.

Por fim, em relação ao financiamento do projeto, foi informado que a promotoria fornece as cartilhas, que são impressas em sua própria gráfica. Além disso, o Ministério Público também cobre os gastos com transporte. O teatro de fantoches foi custeado pela Faculdade Faci Wyden, mas teve que ser construído em papelão em razão da escassez de recursos (tornando-se mais suscetível a danos). Foram investidos recursos próprios de profissionais envolvidos no projeto, como os bonecos de fantoche (comprados por uma das gestoras do projeto) e parte do lanche oferecido a crianças e adolescentes (custeados pelos próprios promotores). Apesar das limitações financeiras, as entrevistadas afirmam que foi feita uma solicitação dentro do Ministério Público neste ano para o financiamento de novos bonecos de fantoches.



#### Prática inovadora

Estabelecer estratégias metodológicas diferentes e adaptadas para cada um dos públicos-alvo envolvidos no projeto de forma a permitir conteúdo (linguagem) mais acessível e melhor direcionamento das temáticas abordadas.

## PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Os principais atores envolvidos no projeto são, além da Promotoria da Infância e Juventude, a Faculdade Faci Wyden (que assinou um Termo de Cooperação Técnica para elaborar as ações desenvolvidas nas escolas), a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a Secretaria Municipal de Educação, escolas estaduais e municipais, escolas particulares, Conselhos Tutelares e Delegacias Especializadas.

Sobre a **parceria com a faculdade**, destaca-se o envolvimento de alunos de graduação dos cursos de Pedagogia, Psicologia e Direito. A entrevistada considera muito



### Prática inovadora

Estabelecer parceria com uma instituição de ensino na formulação de metodologias com abordagem multidisciplinar para o desenvolvimento das atividades com crianças e adolescentes.

importante o contato dos alunos da graduação com o Navegue Não Naufrague, pois os coloca em contato direto com uma realidade distante da sala de aula. Dessa forma, os alunos do curso de Direito conseguem entender o que é o ECA na prática. Vale mencionar que os adolescentes com frequência trazem questionamentos em relação aos crimes virtuais, demonstrando muito interesse na cartilha informativa. Os alunos da graduação em Direito têm a oportunidade de explicar os crimes e como identifica-los

de forma acessível e didática. Já os alunos de pedagogia se envolvem nas atividades do teatro de fantoches com as crianças, elaborando jogos infantis, entre outras atividades.

Além dos atores mencionados, há um potencial considerável de multiplicação das ações do Navegue Não Naufrague por outros atores fora de Belém, principalmente por outras promotorias. O projeto foi **disponibilizado no banco de dados** do Conselho Nacional do Ministério Públicos como uma das boas práticas institucionais. Promotorias do interior do estado do Pará podem ter acesso à experiência para realizá-la e até mesmo utilizar o mesmo material e cartilhas.

Os professores também se tornam multiplicadores importantes, pois abordam as temáticas de direitos humanos em sala de aula, incluindo a violência sexual. Na ocasião do “Maio Laranja”, algumas escolas que participaram do Navegue Não Naufrague prepararam uma campanha de conscientização e enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes e dinâmicas (como teatrinhos) na escola para mostrar que a violência sexual é um tema que está sendo discutido no ambiente escolar



### Prática inovadora

Criação de um banco de dados público com a sistematização de boas práticas institucionais, aumentando o potencial de multiplicação de iniciativas inovadoras.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

O projeto possui métricas de avaliação próprias classificadas como “Indicadores de Esforço” e “Indicadores de Resultados Relacionados”. No primeiro caso, o esforço é medido por meio de reuniões realizadas (número de encontros realizados para colocar em prática as premissas do plano de atuação), ofícios (número de comunicações entre as instituições interessadas) e palestras realizadas/escolas visitadas (quantidade de escolas que receberam palestras dos representantes do MP sobre o tema). Já os indicadores de resultado trazem o número de escolas contempladas pelo projeto.

Além dos indicadores quantitativos acima destacados, os membros do Ministério Público distribuem um questionário às escolas ao final dos eventos realizados. Este instrumento objetiva dados que refletem a opinião da comunidade escolar sobre o plano de atuação. Esses resultados são medidos pelas seguintes componentes: tema abordado, adequação do conteúdo aos diferentes públicos, adequação da metodologia aplicada aos diferentes públicos, adequação do material didático e recursos audiovisuais, contribuição do conhecimento ministrado para melhoria do debate e encaminhamentos de situações na escola, carga horária disponibilizada para o evento e existência de relatos de violência sexual pelos alunos das escolas (ver Tabela 3).

De acordo com a promotoria, o projeto também acompanha a evolução das estatísticas sobre o registro de denúncias ofertadas pelo Ministério Público ao Poder Judiciário. Houve um aumento de 30% de denúncias entre 2018 e 2019 (passaram de 264 a 340) de acordo com dados do Sistema de Informação do Ministério Público (SIMP).

Entendemos que o uso de notificações oficiais possui limitações na representação de resultados de um projeto específico, pois refletem uma composição mais complexa de fatores que influenciam o aumento ou a diminuição de registros de casos de violência. Entretanto, de acordo com a entrevistada 5, “algumas dessas ações penais se basearam em inquéritos que tiveram origem em notificações efetuadas por professores ou por alunos que buscaram o programa de governo ParÁPaz relatando que, após palestra na escola, resolveram denunciar situação de violência sexual” (MPPA, 2019).

## POTÊNCIAS E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO

Um dos principais desafios apontados pelas entrevistadas é que os profissionais que executaram o projeto não foram afastados de outras funções que desempenham no Ministério Público. Não foi possível ter o alcance que gostariam (existe um universo de mais de 200 escolas que precisam ser visitadas) em razão da restrição de agendas.

Outro obstáculo destacado se relaciona às consequências da pandemia de COVID-19, pois, em razão da suspensão das aulas presenciais, deixou de ser possível ter uma comunicação direta com os alunos. Não foi possível realizar o teatro de fantoches

TABELA 3

Critérios para avaliação do Navegue Não Naufrague por 10 escolas atendidas (2019)

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS
TEMA	Excelente: 60% Bom: 30% Não responderam: 10%
ADEQUAÇÃO DA METODOLOGIA APLICADA AOS DIFERENTES PÚBLICOS	Excelente: 50% Bom: 50%
ADEQUAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO E RECURSOS AUDIOVISUAIS	Excelente: 60% Bom: 30% Regular: 10%
CONTRIBUIÇÃO DO CONHECIMENTO MINISTRADO PARA A MELHORIA DO DEBATE E ENCAMINHAMENTOS DE SITUAÇÕES NA ESCOLA	Excelente: 80% Bom: 20%
CARGA HORÁRIA DISPONIBILIZADA PARA O EVENTO	Excelente: 40% Bom: 50% Regular: 10%
EXISTÊNCIA DE RELATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PELOS ALUNOS DAS ESCOLAS	Sim: 70% Não: 30%

Fonte: elaboração própria com base em MPPA (2019).

para as crianças nem as rodas de conversa sobre a cartilha com os adolescentes. Diante dessa limitação, o projeto acabou desenvolvendo um diálogo com os professores para que eles conseguissem trabalhar a cartilha com os alunos.

Por fim, o financiamento do projeto também possui desafios a serem solucionados, sobretudo pelo fato de que o custeio institucional (tanto do MP quando da Faculdade) não cobre todos os gastos das ações executadas – muitos são complementados com recursos voluntários dos responsáveis pela gestão do projeto.

## 2.6 INTERVENÇÃO 6: PORTAL DE ATENDIMENTO ONLINE AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA

ORGANIZAÇÃO	Instituto Liberta e NAAPA
INTERVENÇÃO	Portal NAAPA: implementação de uma ferramenta de comunicação entre alunos e profissionais da educação com o objetivo de continuar o acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência
FORMA DE VIOLÊNCIA	Violência sexual
PREVENÇÃO E/OU ENFRENTAMENTO	Prevenção e enfrentamento
REGIÃO	São Paulo
FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS	9 a 14 anos
TEMPO DE ATUAÇÃO	9 meses e encaminhado para política pública

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto Liberta e o Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo estabeleceram uma parceria no contexto da pandemia de COVID-19 para viabilizar uma ferramenta de comunicação entre estudantes e profissionais da educação com o objetivo de continuar o acompanhamento de crianças e adolescentes previamente identificadas como vítimas de violência.

Para compreender os objetivos desta intervenção, é preciso ter em mente o cenário de violações de direitos de crianças e adolescentes causadas pela pandemia. Neste contexto, crianças e adolescentes foram impactados pela suspensão das aulas presenciais, passaram a ter pouco ou nenhum contato com serviços públicos e a estar mais tempo em casa com seus pais e cuidadores. A necessidade do isolamento social

somada ao acúmulo de tensões no ambiente doméstico causadas pela pandemia e pela intensa convivência familiar, sobrecarga de tarefas domésticas e diminuição da renda, foram geradores de conflitos e violências em muitos lares.

Por outro lado, como colocado pelo Fórum De Segurança Pública, através do boletim “A violência contra crianças e adolescentes na pandemia: análise do perfil das vítimas” (FSP, 2021), delegacias foram fechadas ou tiveram o período de funcionamento reduzido. Crianças e adolescentes em situação de violência passaram a estar isolados em suas residências sem a possibilidade de acessar serviços da rede de proteção e, em especial, deixaram de ter o espaço escolar como uma possibilidade de identificação e encaminhamento de violências que acontecem no contexto doméstico e intrafamiliar.

Um estudo conduzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Instituto Sou da Paz e o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) destacou que, durante a pandemia de COVID-19, crianças e adolescentes estiveram mais vulneráveis à violência sexual. Ao mesmo tempo, a realização de denúncias se tornou mais difícil. De acordo com o estudo, as denúncias de estupro de vulneráveis que vinham crescendo nos últimos anos apresentaram redução de 15,7%, no primeiro semestre de 2020 (em comparação ao mesmo período do ano anterior). Os dados evidenciam a dificuldade de denunciar esse tipo de crime no contexto de isolamento social, considerando que as vítimas são sobretudo crianças e adolescentes e que o crime ocorre principalmente em ambiente doméstico. A média histórica é de que 4 em cada 5 registros de estupro de vulnerável acontecem na residência da vítima (Sou da Paz, 2020).

De acordo com o 13<sup>a</sup> Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado em 2019, quatro meninas brasileiras de até 13 anos são estupradas por hora, sendo que 90% desses casos de violência acontecem em casa e 72% não são denunciadas pelas testemunhas. Se os casos já eram pouco denunciados em um contexto sem pandemia (em que crianças e adolescentes possuem contato com redes de apoio), é notável o aumento da subnotificação durante o contexto de isolamento social: “Nesse contexto, é relevante alertar para o risco de aumento da subnotificação dos crimes sexuais, sobretudo contra as pessoas mais vulneráveis a este tipo de abuso. As pesquisas de vitimização indicam que esses casos já contam normalmente com baixíssima notificação, de modo que os registros policiais sinalizam apenas para a ponta de um iceberg de violações que ficam ocultas nas estatísticas oficiais” (Sou da Paz, 2020).

Faz-se, portanto, necessária a existência de ferramentas e estratégias que possibilitem outras formas de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e violência serem acompanhados, mesmo que de forma remota. Nesse contexto, o Instituto Liberta e a Secretaria Municipal de Educação agiram rapidamente na criação e implementação de uma ferramenta online para o acompanhamento de crianças e adolescentes que, potencialmente, ficaram isolados(as) com seus abusadores. O portal estava pronto para uso das escolas em 15 dias a contar do início da pandemia de COVID-19.



A plataforma criada para os professores falarem com seus alunos e disponibilizar conteúdos está organizada em 70 atividades distintas (1 post a cada 3 dias). Em conjunto com a plataforma, houve o desenvolvimento de um **chatbot** chamado de Obi que usava uma linguagem jovem e representava os estudantes.



#### Prática inovadora

Desenvolvimento da tecnologia *chatbot* com linguagem adequada ao público como ferramenta para denúncia de violências.

Disponível todos os dias da semana a qualquer hora do dia, o portal interagia de maneira lúdica com os alunos por meio de músicas e expressões artísticas e, em meio a esse conteúdo. Os

jovens eram apresentados ao robô pelo chat. Diariamente o estado emocional do aluno era avaliado por meio de expressões de *emojis*. Aqueles que sentiam necessidade de falar com os professores solicitaram ajuda.

## CONHEÇA AS ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

O **Instituto Liberta** tem como missão o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil em todas as suas formas. A organização compreende a importância de trabalhar a prevenção e o enfrentamento da violência sexual, tendo os educadores como canal formador, de acolhimento e de denúncia de tais práticas.

O **Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA)** atende às unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino (RME) no desenvolvimento de práticas pedagógicas para crianças e adolescentes que, em virtude de situações sociais, culturais ou emocionais, se encontram em sofrimento ou com significativos prejuízos no seu processo de escolarização. O NAAPA atua com equipes multidisciplinares (advindas da carreira do magistério municipal, psicólogos, psicopedagogos e coordenadores) em itinerâncias às escolas, em grupos de trabalho e na orientação quanto à articulação da rede de proteção social, objetivando a garantia de direitos de bebês, crianças e adolescentes, notadamente quanto à permanência, desenvolvimento e aprendizagem.

O projeto possui três premissas principais de acordo com a entrevistada 6, gestora do projeto: criação de um portal para os 350 alunos(as) vítimas de violência acompanhados(as) pelo NAAPA da rede municipal de ensino durante a pandemia, disponibilização de um canal de atendimento por vídeo chamada com os professores para superarem o isolamento e disponibilização de uma plataforma para os professores enviarem atividades e vídeos para os alunos.

## ATUAÇÃO DIRETA COM CRIANÇAS E JOVENS

O público-alvo do aplicativo NAAPA são crianças e adolescentes alfabetizadas e estudantes do ensino fundamental, com idade entre 9 e 14 anos. O aplicativo também conseguiu atender pais e mães com dificuldade no cuidado com seus filhos durante o dia e também foram mapeadas ajudas extras para além da função da ferramenta, esclarecendo dúvidas de como acessar os sites oficiais do governo.



***E a Secretaria de Educação falou: ‘nós estamos muito angustiados’. Como é que agora essas crianças não vão para a escola? Nós temos mais de 300 estudantes sendo acompanhados com registros de violência da própria família. Com a pandemia eles estão em casa com os próprios abusadores, né? (...) Precisamos falar com essas crianças, não sei, a gente precisa ter mecanismos de atrair essas crianças e que longe das famílias elas possam pedir ajuda, pedir socorro!***

- Entrevistada 6



A porta de entrada para o diálogo se deu de forma lúdica, passando por músicas que falam do tema, vídeos explicativos e espaços de expressões artísticas, assegurando uma comunicação com linguagem jovem. Vale destacar que a linguagem é uma chave estratégica quando se pensa nas crianças porque muitas ferramentas para denúncia pedem CPF, documentos e ligações telefônicas, o que pode dificultar o processo, especialmente quando se trata de denúncias intrafamiliares. Entretanto, o Obi (*chatbot*) interagia com os estudantes por *emojis*. Quando a criança se expressava por meio de *emojis* críticos em relação ao seu estado emocional, o robô entrava em contato com o professor de plantão.

O material para o diálogo com a criança não tinha o caráter de lições de casa: neste portal, crianças e adolescentes podiam interagir diariamente e encontrar pessoas que estavam passando pelo mesmo processo que eles(as). O conteúdo da interação *chatbot* foi pensado para manter o engajamento da criança usuária do serviço. O site foi pensado de modo representativo e nele é possível encontrar pessoas magras, gordas, com deficiência, brancas, negras, amarelas, indígenas, meninos, meninas – pois sua intenção era a de contemplar a interseccionalidade.

Foi preciso criar um aplicativo para conectar a demanda dos(as) estudantes com quem poderia atendê-los. O aplicativo funcionava como um despertador do(a) professor(a), acionando o(a) profissional que estivesse de plantão naquele momento. Quando o(a) aluno(a) respondia que queria falar com um professor, o robô acionava uma chamada de vídeo. Percebeu-se também que nem todos(as) os(as) estudantes tinham tecnologia para falar com os(as) profissionais – dificuldade a ser tratada mais adiante.

## TREINANDO PROFISSIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES

**Foram treinados(as)** cerca de 40 professores(as) que estavam disponíveis entre 7h e 19h. Durante a madrugada, o robô enviava uma mensagem indicando que o profissional



### Prática inovadora

Professores(as) que fizeram parte da rede foram treinados(as) e capacitados(as) para a demanda de encaminhamento de violências.

entraria em contato com o(a) estudante em breve. Em casos extremos da madrugada (como caso de suicídio), o(a) professor(a) e a área de saúde eram imediatamente contactados. O principal motivador da implementação do aplicativo foi o acompanhamento, a prevenção e a denúncia de casos de violência sexual. Contudo, multiplicidades de outras violências foram mapeadas durante a utilização da ferramenta.

De acordo com o relatório do NAAPA - Instituto Liberta, mais de 72.181 mensagens entre estudantes e professores(as) foram mapeadas em oito meses de atuação. Foram feitos mais de 250 atendimentos de alunos em mensagens com professoras e professores de plantão. Além dos atendimentos por mensagens, os alunos e alunas ainda tinham a possibilidade de conversar com os(as) professores(as) através de chamada de vídeo, o que resultou em mais de 190 contatos por vídeo.

Visando a garantia do Artigo 5º, Inciso XIV da Lei nº 13.431/2017, “ter as informações prestadas tratadas confidencialmente, sendo vedada a utilização ou o repasse a terceiro das declarações feitas pela criança e pelo adolescente vítima, salvo para os fins de assistência à saúde e de persecução penal”, o aplicativo priorizou a privacidade da informação dos dados e do atendimento à criança e adolescente, como o uso de salas de bate-papo reservadas, entrevistas não gravadas, e, em caso de mensagens gravadas e enviadas pelos(as) estudantes, era garantido que apenas um(a) professor(a) teria acesso ao conteúdo.

Todo o processo de garantia de escuta protegida foi realizado em capacitação e trabalhada na escuta especializada. Tal escuta foi realizada por profissionais da psicologia, pedagogia e áreas correlatas. Em casos de revelação espontânea de situações de violência por meio do aplicativo, o(a) profissional obrigatoriamente exercia a postura de acolhimento de escuta. Para isso, as seguintes posturas eram colocadas em prática: deixar a criança ou adolescente saber que o(a) profissional iria ajudá-lo(a) e faria todos os encaminhamentos para as instâncias necessárias, nunca se colocar no lugar dizer que já passou por uma situação parecida e não prometer segredo do caso relatado.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

O projeto NAAPA foi implementado pelo Instituto Liberta durante nove meses. De acordo com o relatório, 740 alunos(as) foram cadastrados(as), atingindo um resultado

100% acima da expectativa inicial (350 alunos/as), o que demonstra o sucesso da plataforma. Em relação aos pedidos de atendimento, 1.266 pedidos de atendimento foram feitos, sendo 80% para apoio emocional e 51 pedidos de denúncia de abuso sexual contra crianças. A iniciativa do NAAPA (exceto a tecnologia do robô) foi incorporada como política pública pela Secretaria de Educação de São Paulo.

A quantidade de acessos ao portal foi de 21.346 visitantes durante os primeiros oito meses. Desses, 13.851 visitantes únicos conheceram ao menos uma vez os conteúdos. Em relação ao conteúdo, foram contabilizados 8.512 acessos às atividades compartilhadas pelos professores. A maior parte dos usuários (75%) estavam em São Paulo. Houve acessos em mais de quinze países, sendo dez mapeados no continente europeu.

Em relação às denúncias, foram denunciados 200 casos de violência nas conversas com o robô, sendo que 51 estudantes conseguiram denunciar especificamente situações de abuso sexual que vinham sofrendo. Dos atendimentos, 80% foram para suporte emocional dos alunos (ansiedade, angústia, medos etc.) e mais de trezentas postagens espontâneas no painel de alunos.

## POTÊNCIAS E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO

É importante destacar a potência da tecnologia como espaço de escuta para crianças e adolescentes. E também que não é preciso esperar momentos extremos para que seja feito o processo de prevenção e denúncia de violência sexual e de outras violências que possam ser mapeadas por intermediários de profissionais qualificados e treinados para o atendimento de jovens.

Um dos desafios do projeto diz respeito ao acesso à tecnologia (premissa básica para alcançar os jovens), uma vez que o acesso a dispositivos tecnológicos e à internet não é uma realidade para grande parcela da sociedade brasileira. A pesquisa TicKids Online Brasil, baseada em dados de 2019, mostra que 18% da população de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos no Brasil (4,8 milhões) vivem em domicílios sem acesso à internet no Brasil e que 1,4 milhões nunca utilizaram a internet.

A iniciativa do NAAPA também encontrou essa dificuldade e, com base nisso, algumas estratégias foram pensadas:



***Crédito em celular não tinha naqueles primeiros meses da pandemia. No celular da mãe que a mãe emprestava para fazer a lição não podia gastar todos os créditos, essa é a realidade. Aí a gente desenvolveu duas opções: uma chamada de vídeo e a outra um bate-papo por escrito ou por gravação de voz.***

- Entrevistada 6



Diante dessa realidade, é preciso pensar políticas conjuntas para que a tecnologia alcance cada vez mais jovens, especialmente de famílias menos favorecidas economicamente, em que o aparelho muitas vezes está longe do alcance de crianças e adolescentes por ser ferramenta de trabalho familiar ou até mesmo ser inexistente.

Em níveis institucionais de sustentabilidade, o baixo valor de investimento comparado à possibilidade de escala torna o projeto viável. Na compreensão de que possam existir dificuldades de setores públicos de aportar o investimento, identificamos que a parceria feita pelo Instituto Liberta é um caminho possível para a arrecadação de recursos e investimentos público e privado.

Reforça-se aqui para a urgência de prevenir e enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes e sublinhamos a importância de profissionais capacitados para encaminhar os atendimentos em rede e ferramentas para lidar com casos em que a violência acontece no âmbito familiar, de forma a proteger a vítima durante o processo de denúncia. A responsabilidade com as crianças e adolescentes é coletiva, social e garantida pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

## 2.7 INTERVENÇÃO 7: CENTRO INTEGRADO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE VITÓRIA DÁ CONQUISTA (CIDCA)

### INTERVENÇÃO 7

ORGANIZAÇÃO	Secretaria de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista (BA)
INTERVENÇÃO	Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente (CIDCA): implementação de uma única estrutura com todos os órgãos que compõem a rede de proteção da criança e do adolescente
FORMA DE VIOLÊNCIA	Violência sexual e violência doméstica
PREVENÇÃO E/OU ENFRENTAMENTO	Prevenção e enfrentamento
REGIÃO	Vitória da Conquista (BA)
FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS	Crianças e adolescentes
TEMPO DE ATUAÇÃO	Desde 2015

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente (CIDCA) foi criado em 2015 e é o primeiro equipamento dessa natureza implantado no Brasil, reunindo todos os serviços socioassistenciais e jurídicos em um único endereço. O CIDCA é fruto de uma das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que integrou a sociedade civil, o sistema de Justiça e o Governo Municipal de Vitória da Conquista (BA). Foram aproximadamente seis anos de planejamento (2008-2014) até a negociação junto ao governo do estado para a cessão da escola que passou a abrigar o Centro Integrado.

O CIDCA é pioneiro em atender integralmente o Artigo 70-A, Inciso VI do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece a necessidade de reunir em um só espaço os órgãos que compõem a rede de proteção da criança e do adolescente. Trata-se de um dispositivo fundamental à medida que impede processos de revitimização

da criança ou do adolescente em situação de violência, pois a vítima e sua família não precisam percorrer diferentes serviços para ter a proteção efetivada, encontrando, em um mesmo espaço, atendimento multidisciplinar voltado à proteção, assistência social, educação, saúde e até mesmo a responsabilização do agressor. O CIDCA tem como principal objetivo evitar situações de revitimização em que crianças e adolescentes envolvidas em situação de violência são submetidas devido a um padrão de organização interinstitucional fragmentado e compartimentalizado (Santos; Costa, 2011).

Em um contexto não unificado, vítimas ou testemunhas e sua família percorrem um longo caminho pelos serviços e órgãos integrantes das redes de proteção como delegacias, Conselhos Tutelares, centros de referências, entre outros. Nesse percurso, a criança ou o adolescente são ouvidos mais de uma vez e isso contribui para que se reviva o abuso sofrido ou até mesmo haja mudança na narrativa, causando efeitos negativos para o bem-estar da vítima e até mesmo o aumento a dificuldade da criança em superar o ocorrido, além de prejudicar o processo de responsabilização do autor da violência (Santos; Costa, 2011).

Para além da falta de fluxos de atendimento e integração entre os serviços da rede de proteção, crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência também enfrentam o despreparo de operadores dos serviços de proteção ou de Justiça, o que pode ocasionar na criança uma nova forma de sofrimento. É preciso ressaltar que vítimas de violência tendem a reviver aspectos da violência sofrida no momento em que precisam lembrá-los durante seu relato. Diante do sofrimento associado à memória da violência, é comum que, em muitos casos, prefiram ficar em silêncio ou omitir fatos como forma de defesa para evitar lembranças ou sentimento de vergonha (Silva, 2016). Por outro lado, na tentativa de fazer com que a vítima ou testemunha relate o ocorrido, o profissional muitas vezes a induz a falar contra a sua vontade. Mesmo que a motivação seja compreender o caso e proteger da criança, tal atitude pode contribuir para que ela seja vitimizada mais uma vez ao entrar em contato novamente com sentimentos de dor, angústia, medo e sofrimento antes vivenciados (Balbinotti, 2009; Santos; Dell'aglio, 2010; Vilela, 2005).

Buscando oferecer um serviço integrado de forma a evitar situações de revitimização, o CIDCA agregava as seguintes estruturas no início de suas atividades:

- Vara da Infância e da Juventude;
- Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude;
- Defensoria Pública da Infância e Juventude;
- Centro de Referência de Assistência Social (CREAS);
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- CREAS – Novo Olhar (Serviço de cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto);

- Conselho Tutelar (Leste e Rural);
- Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Portal de Acolhida de serviços de saúde;
- Brinquedoteca do Núcleo de Inclusão Pedagógica da Rede Municipal de Educação;
- Portal do CadÚnico.

Apesar de contar com diversos serviços da rede especializada de atendimento, o entrevistado 7 afirma que até o ano de 2017 o centro não era, de fato, integrado, mas apenas “uma concentração de serviços”. Isso se devia principalmente à ausência de fluxos e protocolos de atendimento pactuados.

Em 2021, a situação passa a mudar com a inauguração do Complexo de Escuta Protegida de Vitória da Conquista, idealizado com o objetivo de garantir a efetividade e correta implementação da Lei nº 13.431/2017 pela criação de fluxos e políticas integradas e coordenadas que garantam ambientes e processos de escuta protegida para que meninas e meninos vítimas ou testemunhas de violência possam ser ouvidos de forma atenta e cuidadosa por profissionais especializados. Dentro do Complexo, encontra-se o Comitê Municipal de Gestão da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (CMRPC).

De acordo com o entrevistado 7, o processo de idealização do Complexo passou por diversos desafios, principalmente culturais (como a falta de integração entre os serviços da rede) e estruturais (sobretudo com relação à infraestrutura dos equipamentos como judiciário, Polícia Civil, escola, Centro de Referência de Assistência Social/CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS).

O “marco zero” para implementação da Lei nº 103.431/2017 (conhecida como Lei da Escuta Protegida) foi um evento formativo realizado em 2019 para discutir as diversas dimensões da lei. O evento, que teve dois dias de duração, foi uma parceria com a Childhood Brasil e contou com a participação de promotores, agentes de segurança pública, conselheiros tutelares, conselheiros municipais e representantes das políticas setoriais. Em maio de 2019, foram iniciados diálogos com a prefeitura e com atores do sistema de Justiça (juízes, promotores, defensores e com o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia) e, entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, a Childhood Brasil escolheu 5 municípios brasileiros para se tornarem case da implementação desta lei, sendo um deles Vitória da Conquista.

Em janeiro de 2020, foi assinado um acordo de Cooperação Técnica visando a contratação de um consultor exclusivamente voltado à elaboração de estratégias de implementação da a Lei nº 13.431/2017 no município. A Childhood Brasil ficou responsável



por realizar o processo de formação permanente dos atores envolvidos (tanto para a escuta especializada quanto para o depoimento especial). Assim se deu início a construção do Complexo de Escuta Protegida, que contou com um investimento da Prefeitura no valor de R\$ 531.426,87.

Atualmente, o Complexo de Escuta Protegida conta com uma estrutura completa formada por uma sala de acolhimento, uma sala de depoimento, uma sala de audiência e uma sala dos advogados. O entrevistado 7 reitera que, durante todo o processo de escuta, a criança não tem contato nem com a parte contrária (o agressor) nem com os advogados desta. Além disso, destaca a importância de se distinguir a escuta especializada do depoimento especial, pois cada um possui protocolos e finalidades específicas. A escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre a situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade; já o depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.



#### Prática inovadora

Criação de um equipamento especializado e com estrutura adequada para a realização de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência, com entrevistadores capacitados de acordo com as diretrizes e protocolos do CNJ, evitando processos de revitimização.

**depoimento especial**, colhido por entrevistadores forenses treinados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) à luz das disposições do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense com Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Por fim, é importante destacar que, com o Complexo incorporado ao Centro Integrado, foram também **elaborados o fluxo e o protocolo** de atendimento, instrumentos que exerceram e ainda exercem um importante papel na reformulação da rede de atendimento. O fluxo foi inclusive remetido à plenária do Comitê Municipal e, após a sua aprovação, foi dado início à elaboração do protocolo (que ainda está em fase de conclusão).

O Complexo foi especialmente importante para a garantia do depoimento especial. Antes de sua criação, a Polícia Civil e a Justiça Criminal se utilizavam dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) para buscar elementos que comprovassem a violência cometida e que indagavam a criança ou o adolescente para extrair informações sobre a violência. Após a criação do Complexo, os CREAS atuam exclusivamente na escuta especializada (finalidade protetiva) e o Complexo garante a materialização do procedimento de



#### Prática inovadora

Criação de um fluxo de atendimento e de um protocolo integrado com o objetivo de estabelecer as atribuições de cada um dos serviços que integram a rede de atendimento à criança e adolescente, bem como os processos que devem ser realizados para que seja garantida a proteção da vítima e de sua família.

Vale destacar, por fim, a existência de um grupo de trabalho responsável por criar um **diagnóstico situacional** da rede para a partir dele estruturar um plano de trabalho norteador para as ações de implementação da Lei da Escuta Protegida. O diagnóstico já trouxe alguns frutos importantes, como a identificação de alguns vácuos da rede setorial.

Como consequência do diagnóstico, foi criado um núcleo de prevenção e monitoramento à violência contra crianças e adolescentes, responsável por sistematizar as informações sobre violência que emergem no sistema escolar, capacitar a rede e os educadores e também trabalhar no âmbito de monitoramento para auxiliar a elaboração de novas estratégias de enfrentamento da violência. Para melhorar a fragilidade no atendimento psicossocial de crianças (outra lacuna encontrada pelo mapeamento), está sendo elaborado um núcleo de psicologia dentro do Centro Integrado, com o objetivo de garantir tratamento psicoterapêutico às crianças e adolescentes.



#### Prática inovadora

Elaboração de um diagnóstico situacional amplo da rede de atendimento a crianças e adolescentes, tendo como finalidade verificar possíveis lacunas e estruturar um plano de trabalho norteador das ações voltadas à implementação da Lei nº 13.431/2017.

## PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Em relação ao terceiro setor, o entrevistado 7 destacou a importância da parceria estabelecida com a Childhood Brasil em todo o processo de idealização e implementação da Lei nº 13.431/2017 no município, em especial na criação do Complexo de Escuta Especializada. Também foi mencionada a parceria mais recente com a UNICEF, que está sistematizando as experiências do Centro Integrado.

Dentre os atores estatais, destaca-se a participação do Poder Judiciário Municipal, das Defensorias Públicas e do Ministério Público Estadual.

Do ponto de vista da governança do Centro Integrado, ele está vinculado à Prefeitura (mais precisamente, à Secretaria de Desenvolvimento Social). Dentro da Secretaria existe a Rede de Atenção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, que possui uma coordenação e duas gerências (uma delas está voltada ao Complexo de Escuta e a outra ao Centro Integrado).

Além disso, em 2020, foi criado o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes, composto por representações das políticas setoriais do Executivo, do sistema de Justiça, de Segurança Pública e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. O Comitê foi pensado nos moldes preconizados pela Lei nº 13.431/2017 e tem por objetivo articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração, conforme

as normas e os instrumentos municipais, estaduais, nacionais e internacionais relacionados aos direitos das crianças e dos adolescentes.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Ao ser questionado sobre a existência de alguma métrica de avaliação dos resultados da iniciativa, o entrevistado 7 afirmou que os órgãos da rede de atendimento forneceram algumas informações preliminares quando o diagnóstico situacional foi construído, mas os dados acabaram se revelando muito distintos e não convergentes. Em razão disso, estão investindo na implementação de um novo sistema de registro de dados por meio do uso do **software Proteger em Rede**. A previsão é de que o *software* já esteja ativo até o final do primeiro semestre de 2022.



### Prática inovadora

Investimento no desenvolvimento de tecnologia para o registro de casos de violência.

O entrevistado 7 também afirmou que a implementação do Centro Integrado, do Complexo de Escuta e do fluxo e do protocolo de atendimento integrados colabora para a redução da violência contra crianças e adolescentes. Um dos motivos é porque essas medidas reduzem significativamente as chances de as crianças serem revitimizadas quando percorrem o fluxo de atendimento dos equipamentos e serviços públicos (que ficam todos concentrados no mesmo local, com um fluxo bem demarcado e protocolos cuidadosos). A existência do Centro também comunica à comunidade que há seriedade e robustez por parte do governo no enfrentamento da violência, em especial da violência doméstica e sexual.

## POTÊNCIAS E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO

O maior desafio apontado pelo entrevistado 7 está relacionado à integração de dados entre todos os setores e serviços que atuam na rede de atendimento. Conforme já relatado, há muitas divergências entre os registros e não há um sistema unificado para a sistematização dos casos de violência. A adoção do *software* Proteger em Rede é uma resposta a esta questão. Outros desafios são culturais e vêm sendo tratados no âmbito da implementação de fluxos e protocolos de atendimento integrados, que pedem uma mudança da cultura institucional quanto às formas de atuação em casos de violência.

## 2.8 INTERVENÇÃO 8: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA FÉ

INTERVENÇÃO 8

ORGANIZAÇÃO	Associação Beneficente Santa Fé
INTERVENÇÃO	Casas de acolhimento para crianças e adolescentes vítimas de abuso, maus tratos, vivência de rua, além de meninas mães ou gestantes
FORMA DE VIOLÊNCIA	Abuso, maus tratos, abandono, violência sexual e vivência de rua
PREVENÇÃO E/OU ENFRENTAMENTO	Prevenção e enfrentamento
REGIÃO	São Paulo
FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS	Crianças e adolescentes
TEMPO DE ATUAÇÃO	Desde 1993

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Fundada em 1993, a Associação Beneficente Santa Fé é uma organização da sociedade voltada ao acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso, maus tratos, abandono, violência e, muitas vezes, com vivências nas ruas da cidade de São Paulo. A organização mantém duas casas de acolhimento em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo desde 1997. São elas o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) Minha Casa, voltada a crianças e adolescentes, e o SAICA Vovó Ilza, exclusiva para adolescentes grávidas ou acompanhadas de seus filhos.

O Minha Casa é uma casa de acolhimento para quinze crianças e adolescentes que possui uma equipe especializada para acolher em sistema de residência meninas e meninos de zero a 18 anos. A Casa Vovó Ilza acolhe também em sistema de residências meninas de 11 a 18 anos grávidas ou acompanhadas de seus filhos, com vivência nas ruas e vítimas de diferentes formas de violação, com capacidade de 15 pessoas entre bebês, crianças e mães adolescentes. Além disso, garante cuidados especializados

para que possam ter acompanhamento adequado durante a gestação, assegurando também os cuidados necessários com a primeira infância e o desenvolvimento integral das crianças.

Além das duas casas de acolhimento, a Santa Fé realiza um trabalho junto às famílias das crianças e dos adolescentes por meio do Projeto Construindo Pontes, que atende atualmente 279 pessoas. Seu objetivo é promover a melhoria da qualidade de vida da família de origem das crianças e adolescentes acolhidos para que o retorno deles para casa seja harmonioso e sustentável. O trabalho tem como foco principal as mães e avós dessas famílias (majoritariamente chefiadas por mulheres), e aborda, dentre outras questões, a importância de sua emancipação como estratégia de rompimento do ciclo da pobreza.

A Associação Beneficente Santa Fé também possui **estratégias de pós-acolhimento** como o Projeto de Educação Continuada, que atende 54 jovens e oferece acompanhamento integral por, no mínimo cinco anos, a jovens e famílias das crianças

e adolescentes acolhidos nas casas. São garantidas bolsas de estudo para cursos profissionalizantes e de nível superior, assim como apoio psicológico. Além da Educação Continuada, a Santa Fé mantém duas moradias para jovens emancipadas que não possuem uma rede de apoio direta. O processo de emancipação para moradia independente é gradual e feito após a inserção da jovem no mercado de trabalho. Todas as ações envolvidas na escolha da moradia, desde a assinatura do contrato de aluguel até às demais questões

estruturais, são acompanhadas por um educador por um prazo mínimo de um ano.

Sobre a abordagem metodológica utilizada no trabalho realizado com as crianças e adolescentes, a entrevistada 8 relata que, desde o começo da Santa Fé, todas as questões trabalhadas no acolhimento são debatidas e encaminhadas por meio de “assembleias”. As assembleias são reuniões que contam com a participação de todas as crianças, adolescentes e educadores e cujo intuito é definir as regras dentro da organização e a resolução de conflitos cotidianos, desenvolvendo os princípios de comunicação não-violenta e educação para a paz. De acordo com a entrevistada 8, as assembleias são importantes para a criação de um repertório de diálogo com crianças que muitas vezes tiveram a violência como única possibilidade de relação.

As assembleias também acontecem quando chega uma nova criança ou adolescente (que, em sua recepção, também recebem um quarto e um enxoval). Nessa assembleia inicial, são definidos os tutores e educadores que acompanham cada criança individualmente e um dos jovens já acolhidos se apresenta como o “amigo qualificado”,



#### Prática inovadora

Estabelecer práticas de pós-acolhimento voltadas ao acompanhamento das crianças, jovens e adolescentes tanto no âmbito da família quanto em relação a oportunidades de educação continuada, acesso à moradia e emprego.

ou seja, a pessoa que ficará mais próxima à recém-chegada, auxiliando-a no início do seu processo de adaptação em seu novo lar.

A abordagem metodológica baseada nos princípios da comunicação não-violenta (Rosenberg, 1999) e educação para a paz (Montessori, 2004) está alinhada com a estratégia “Educação e Habilidades para a Vida” da INSPIRE (OPAS, 2017). De acordo com esta estratégia, a **realização de assembleias e o acolhimento qualificado** entre pares possibilitam o desenvolvimento de habilidades para a vida que podem auxiliar no rompimento do ciclo da violência contra crianças por meio da comunicação, gestão de conflitos e habilidades de resolução de problemas, ajudando as crianças e adolescentes na construção de relações positivas com seus pares. Apesar de o trabalho da Santa Fé ter como foco o acolhimento de crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência, a abordagem metodológica também proporciona o desenvolvimento de habilidades para a prevenção da violência.



#### Prática inovadora

Elaboração de metodologias participativas que incluam crianças, adolescentes e jovens atendidos como protagonistas de todas as ações, inclusive nas discussões sobre regras, funcionamento e organização de atividades.

Estudos mostram que históricos de punição física e vitimização na infância podem contribuir para a maior aceitação da punição (Clément & Chamberland, 2009) e aumenta as chances de um indivíduo se tornar um perpetrador, colaborando para a continuidade do padrão de violência familiar (Bérgamo & Bazon, 2011; Dottan & Harel, 2014; Milner et al., 2010; Romero-Martínez, Figueiredo, & Moya-Albiol, 2014). Portanto, o trabalho educativo realizado pela Santa Fé se faz fundamental para a interrupção da transgeracionalidade da violência, ou seja, para que crianças e adolescentes possam desconstruir padrões de abuso.

A Santa Fé utiliza uma metodologia de atuação que se baseia na aplicação do princípio da inclusão, que possui cinco bases fundamentais:

- a criança é o centro de toda ação e o ponto de partida de qualquer intervenção que deve ser realizada a partir do reconhecimento de suas necessidades e desejos;
- a equipe de educadores deve ser multidisciplinar e estar a serviço da ressignificação das experiências da criança, estando verdadeiramente interessada nela e lhe oferecendo um ambiente seguro e saudável para seu desenvolvimento;
- as rotinas de convívio social devem ser cuidadosamente implantadas a partir de ampla discussão; conflitos e situações não desejados devem ocorrer sem gerar retaliações, mas por meio de comunicação aberta e direta, pontuando responsabilidades e limites dos participantes;

- o espaço deve ser mantido e percebido e percebido como um lar (baseado nas teorias de Winnicott);
- reconhecimento e respeito incondicionais aos direitos postulados pelo ECA, especialmente o direito à convivência familiar.

O trabalho da Santa Fé se baseia em uma compreensão de que a violência é muito mais abrangente do que, por exemplo, a violência sexual ou a violência física. Para a entrevistada 8, as crianças e os adolescentes sofrem violências de muitos tipos, como a própria fome, a vivência nas ruas e a falta de suporte familiar. Para ela, as múltiplas formas de violência são consequência da desigualdade social e o não cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A fala da entrevistada 8 vai ao encontro de um dos pontos de atenção do INSPIRE (OPAS, 2017) no que diz respeito ao entendimento de que a violência se expressa para além de atos que resultem em danos físicos. Segundo o documento, é preciso compreender as consequências da violência contra crianças e adolescentes para além de mortes ou lesões, podendo incluir doenças transmissíveis e não transmissíveis, danos psicológicos, comportamentos de risco, deficiência de desempenho educacional ou ocupacional e envolvimento em crime.

A entrevistada 8 ressalta que, quando não acolhidas e tratadas, as marcas da violência podem gerar danos permanentes. Nesse sentido, de acordo com Felitti V (1998), a exposição precoce à violência pode prejudicar o desenvolvimento cerebral e produzir danos em outras partes do sistema nervoso, bem como nos sistemas endócrino, circulatório, músculo-esquelético, reprodutivo, respiratório e imune, com consequências ao longo de toda a vida. Para Ferenczi (1992), um dos fatores determinantes do trauma – no caso, a violência sexual – é a indiferença, o abandono e a anulação das diversas formas de sofrimento da vítima. Ou seja, o trauma se efetiva à medida que a pessoa não encontra outro ser humano que valide o seu sofrimento e escute o seu testemunho (Santos & Macedo, 2020). Nesse sentido, o acolhimento psicossocial e humanizado de vítimas através do trabalho realizado pelas casas de acolhimento da Santa Fé se faz essencial e é imprescindível para a elaboração do trauma e a ressignificação da situação.

## PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Além da parceria com Secretária Municipal de Assistência Social de São Paulo, estabelecida em 1997, a Associação Beneficente Santa Fé possui parcerias com outras organizações mantenedoras e patrocinadoras.

A principal delas é a Engeform, empresa da área de engenharia sediada em São Paulo, que é mantenedora dos programas da Santa Fé desde 2002. Além dela, a associação

conta com patrocínios de três fundações internacionais: Úrsula Zindel- Hilti Foundation (desde 2007), Swiss Philanthropy Foundation (para o apoio emergencial Covid 2020) e a Shalom Foundation (que apoia o Projeto Oficina da Linguagem desde 2015).

Além das organizações mencionadas, a Santa Fé conta hoje com mais de 70 colaboradores, entre educadores, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da área contábil, financeira e administrativa, além de desenvolvimento institucional e de manutenção das estruturas físicas.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Desde 1993, a Santa Fé já realizou o atendimento de mais de 6 mil pessoas, com uma média, atualmente, de 400 pessoas atendidas por ano.

A organização sistematiza alguns indicadores dos resultados alcançados. Com relação aos jovens, 5 estão no ensino superior, 13 concluíram a universidade, 20 prestaram vestibular, 80% concluíram o ensino médio e 90% estão no mercado de trabalho nas mais diversas áreas. Quanto às crianças e adolescentes, todas e todos estão matriculados em creches, escolas regulares ou escolas técnicas, 90% frequentam cursos extracurriculares de idiomas, informática e/ou estagiam em empresas, 85% voltaram a viver com suas famílias ou passaram a morar sozinhos, emancipando-se, e 90% deixaram as ruas, a dependência química e o contexto de violência.

Apesar de consolidar indicadores quantitativos, a entrevistada 8 explica que um dos focos da instituição é o desenvolvimento de indicadores que avaliem a realidade específica de cada criança, pois cada uma possui uma história própria e um amplo repertório de experiências que não podem ser avaliadas da mesma maneira:



*A equipe começa avaliando o 'estar aqui', avaliando o desenvolvimento de uma rotina, das relações de convivência, assim como das noções de deveres e direitos dentro do espaço da casa, da escola e da rua: a criação de hábitos e a evolução da percepção de autocuidado são pontos fundamentais. Cada criança é única, com suas histórias, e tem que ser vista de forma sensível a partir desse contexto anterior. A criança deve ser avaliada em seu processo de aquisição e percepção desta nova realidade, na forma pela qual evolui diariamente em pequenas ações. Então, uma criança que apresentava traços violentos precisa ser avaliada quando ela começa a conseguir interagir e se colocar no mundo a partir de outras possibilidades de relacionamento, que não sejam pautadas pela hostilidade e pelo medo. Estamos tentando*



***melhorar nossa métrica de avaliação e entender como é que podemos avaliar esses diferentes contextos e necessidades, compreendendo-os enquanto indivíduos singulares.***

- Entrevistada 8

”

## POTÊNCIAS E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO

Mesmo com a pandemia de COVID-19, os serviços de acolhimento da Santa Fé não foram suspensos ou paralisados, mas sim ampliados e intensificados em caráter emergencial, buscando compreender as necessidades do público atendido. Além de oferecer o auxílio emergencial às famílias atendidas (cestas de alimentos, produtos de higiene pessoal e máscaras), conseguiram manter o serviço funcionando na mesma capacidade, utilizando protocolos específicos para lidar com possíveis casos de COVID-19 dentro das casas de acolhimento (criação de espaços que permitiram o isolamento dos profissionais, crianças ou adolescentes que porventura ficassem doentes).

## 2.9 INTERVENÇÃO 9: PROJETO CRESCER SEM VIOLÊNCIA

### INTERVENÇÃO 9

ORGANIZAÇÃO	Canal Futura e Childhood Brasil
INTERVENÇÃO	<u>Crescer sem Violência</u> : implementação de projeto audiovisual metodológico para o enfrentamento da violência sexual. Também utiliza cartilhas e treinamentos de fluxo para a rede pública
FORMA DE VIOLÊNCIA	Violência sexual
PREVENÇÃO E/OU ENFRENTAMENTO	Prevenção e enfrentamento
REGIÃO	Brasil
FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS	De 3 a 18 anos
TEMPO DE ATUAÇÃO	Desde 2009

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Crescer sem Violência é uma iniciativa coletiva e esse estudo de caso conta com contribuições do Canal Futura em parceria com Childhood Brasil e Unicef no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O projeto reúne iniciativas específicas a esse tipo de violência, mas também existe o movimento de ampliação para outros tipos de violência. Nesse contexto, três séries integram o programa: “Que exploração é essa?”, “Que abuso é esse?” e “Que corpo é esse?”.

São realizados dois tipos de repasse da metodologia para a rede pública: as oficinas de sensibilização realizadas em larga escala no Brasil e o projeto de imersão, que inclui a oficina de sensibilização. As ações se dão no avanço e no alcance a médio e longo prazo, com planejamento de ações intersetoriais, acompanhamentos, aprofundamento de temáticas de interesse do município e avaliação externa.

De acordo com o **relatório** disponibilizado pelos entrevistados, no ano de 2019 foram mapeadas 86 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes,

sendo 11% desses casos classificados como violências sexuais. A violência sexual é a ação focal do projeto Crescer sem Violência, que considera falar sobre esta questão específica – a violência sexual – uma premissa necessária para romper com o pacto de silenciamento dentro das famílias, uma vez que 77% dos agressores são do grupo familiar e/ou conhecidos da vítima. Outros dados do cenário brasileiro apontam que uma criança sofre violência sexual a cada 15 minutos, sendo que 42% dos casos são praticados com crianças entre 4 e 11 anos, com crescimento nos últimos anos dos casos com crianças de zero a 3 anos. Além disso, crianças brasileiras estão acessando pornografia online pela primeira vez aos 10 anos de idade em média e sem ter nenhum tipo de orientação.

## MODELO DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS

O projeto, que engloba a criação de programas pedagógicos, atua em diálogo com especialistas, jovens, educadores, organizações da sociedade civil e órgãos de referência ligados ao enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes na produção dos diferentes programas, metodologias e materiais pedagógicos do projeto. O diálogo atua em frentes cíclicas que se disponibilizaram para dar orientações quanto à abordagem, alteração de cenas, adequação de linguagem, recomendações de encaminhamento e estudo piloto de metodologias. Em sua linha do tempo, apresenta a série “Que exploração é essa?” de 2009 a 2013, depois “Que abuso é esse?” de 2014 e 2017 e, por fim, “Que corpo é esse?” a partir de 2018.

A série “Que exploração é essa?” contou com cinco programas de sete minutos cada. A consultoria de conteúdo teve a participação da Childhood Brasil e de 30 organizações da sociedade civil de referência de Pernambuco e São Paulo. Os principais temas abordados foram exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias, rede de aliciadores, turismo sexual de crianças e adolescente, pedofilia e exploração sexual na internet e exploração sexual de meninos. O programa “Que exploração é essa?” se inicia pela porta do turismo e a conduta ética como abordagem na cadeia do turismo. A exploração sexual foi o foco do enfrentamento da violência sexual em hospedagens turísticas e em rodovias.

“Que abuso é esse?” contou com oito programas de oito minutos cada. A consultoria de conteúdo teve a participação da Childhood Brasil e de 55 organizações da sociedade civil de referência de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, além da cooperação da Fundação Vale e Unicef. Os episódios foram divididos em ‘Desmascarando o abuso’, ‘É preciso ouvir’, ‘É só carinho?’, ‘A união faz a proteção’, ‘Perigo no lar’, ‘Lobos em pele de cordeiro’, ‘Onde há fumaça...’ e ‘O caminho da denúncia’.

Este material também foi concebido para ser apresentado para toda a rede de proteção. Houve o entendimento de que existia uma abertura para esta série entrar dentro da casa das pessoas com o tema da violência sexual no âmbito doméstico. De acordo com a entrevistada 9A, “é importante falar sobre essa questão para a família,

que está presente na maioria dos casos de abuso”. O material reconhece a prevalência da violência sexual no âmbito doméstico – no Brasil, mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa, de acordo com dados do Disque 100 em 2019. A proposta reforça, portanto, a necessidade do diálogo com as famílias para a prevenção e o enfrentamento desse tipo de violência.

A série “Que corpo é esse?” contou com programas de três minutos subdivididos para serem destinados a três grupos etários: de zero a 7 anos, de 8 a 13 anos e de 14 anos em diante. Somado aos episódios, há um último documentário com consultores sobre os temas abordados. A consultoria de conteúdo para a elaboração dos episódios contou com a participação de instituições parceiras e especialistas e cooperação da Childhood Brasil e Unicef. A série problematiza questões e dúvidas em relação a autoproteção, limites, forma do próprio corpo, sexualidade e uso seguro da internet. Eles contam com a família Vila César que é composta por cinco filhos de idades variadas, diversidade étnico-racial e personalidades distintas. Os episódios têm tratativas de situações do dia a dia para desmistificar acontecimentos comuns na vida de crianças e jovens.

A primeira temporada da série destinada para crianças de zero a 7 anos conta com os personagens Ariel e Dandara e os episódios ‘Eu tenho um corpo’, ‘Privado e público’, ‘É de menino ou de menina?’ e ‘O direito de dizer não’. Na segunda temporada, os episódios são ‘Sharenting’, ‘Compartilhamento de aparelhos’ e ‘Uso consciente e autonomia online’.

Os personagens Thainá e Kauã aparecem nos episódios para crianças de 7 a 13 anos. Na primeira temporada, eles abordam os temas ‘O jeito de cada um’, ‘Internet e mídia’, ‘Corpo em mutação’ e ‘Empoderamento de meninas’. Na segunda temporada, os temas são ‘Saúde emocional online e autoflagelo’, ‘Aliciamento de crianças e autoproteção’ e ‘Modelo de masculinidade tóxica’.

Nos programas destinados a faixa etária de 14 em diante, a personagem Chris aparece na primeira temporada nos episódios ‘Meu corpo, minhas regras’, ‘Nudes’, ‘Amores e relações abusivas’ e ‘Estereótipos de gênero’. Na segunda temporada, os episódios abordam os temas ‘Relacionamento online’, ‘Reputação digital e ideação suicida’, ‘Leitura crítica das informações online e potência de comunicação do digital’.

A família representada na série “Que Corpo é Esse?” é multifacetada. São interseccionadas questões de gênero, raça e pessoas com deficiência e outras diferenças que atravessam as crianças e adolescentes. A família se encontra no segundo casamento e os filhos são dos relacionamentos anteriores e do atual. O pai e a mãe se preocupam com as crianças que estão à sua volta e garantem os direitos da criança e adolescentes previstos em constituição.

A série, ao dialogar sobre padrões culturais e estereótipos que reforçam comportamentos violentos vai de encontro com a estratégia “Normas e Valores” da

INSPIRE (OPAS, 2017), ao passo que estimula a modificação de normas e comportamentos sociais e culturais profundamente arraigados, entre elas, ideias de que algumas formas de violência são não apenas normais, mas às vezes justificáveis. Desta forma, a série, de forma lúdica, fortalece normas e valores que, segundo a INSPIRE, promovem relações não-violentas, respeitosas, acolhedoras e positivas.



***Uma família protetiva, uma família que é atenta não só aos seus filhos e aos amigos dos filhos. Ou seja, que acolhe, que escuta, que orienta, que enfim que não deixa de tratar questões que são sérias olho no olho. A família que a gente gostaria [que fosse modelo].”***

- Entrevistada 9B



Os programas são produzidos e disponibilizados em diversos canais. Dentre os principais estão Canal Futura, Futura Play, YouTube, Instagram, Facebook, WhatsApp, DVDs, pendrives e kits distribuídos. Todas essas frentes são articuladas para que o conteúdo seja educativo e alcance públicos diversos como famílias, crianças e adolescentes, educadores, assistentes sociais e agentes públicos – a rede de proteção de crianças e adolescentes.

O projeto conta como uma estratégia de imersão e incidência municipal em municípios com altos índices de vulnerabilidade para crianças e adolescentes por meio do desenvolvimento de ações intersetoriais. As ações contam com oficinas de sensibilização, kit educativo, desenvolvimento de plano de ação, acompanhamento e socialização de experiências, avaliação externa e monitoramento.



#### Prática inovadora

Os conteúdos e formações são disponibilizados para a rede de proteção de crianças e adolescentes por meio de parcerias municipais.

A formação é considerada um processo contínuo **em parceria com municípios** e respectivas Secretarias de Educação. Em cada fase do projeto, após o lançamento da série, acontece a formação da rede de educação.

## PARCERIAS

A importância da formação em rede, sobretudo nos municípios, **atravessa a forma como o conteúdo é abordado** nas formações e, na mesma medida, a importância da articulação entre as partes responsáveis por cada etapa do processo de prevenção e enfrentamento das violências contra as crianças e adolescentes.



#### Prática inovadora

Utilizar os conteúdos produzidos para facilitar o fortalecimento de redes locais (atendimento psicossocial, comunidade) que atuam para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.



**É o que a gente identificava, que muitos desses profissionais diziam ‘nossa eu nunca tinha parado para pensar nisso, nunca conversei [com o outro profissional]’. E uma das grandes conquistas nossas foi que o profissional da educação nunca tinha sentado com o profissional da saúde. Não é para falar como é que ele fez a denúncia, e como é que é atendido na saúde. Como é que é atendido na assistência. Como é que é atendido na educação. Como é que é atendido pelo Conselho. Vários profissionais simplesmente no âmbito do município eles não trocavam, né?**

- Entrevistada 9C



## ADVOCACY

Ao ser identificada a necessidade de fomento do diálogo entre os atores da rede de proteção, a responsabilidade compartilhada da prevenção e do enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes foi destacada. Esta responsabilidade e o diálogo coletivo é que passam a fomentar e protagonizar as **ações pactuadas**, como por exemplo, a implementação da Lei nº 13.461/2017, que contou com diversos articuladores nas instituições parceiras por meio da Childhood Brasil. De acordo com os entrevistados, a implementação da Lei da Escuta Protegida transcende o espaço e tempo das pessoas envolvidas na primeira etapa da lei e permite a transmissão duradoura das necessidades identificadas.



### Prática inovadora

Programa de transformação social brasileira enquanto projeto de comunicação comprometido com a justiça social.



**...é fazendo com que haja mais responsabilização de agressores e automaticamente também mais prevenção. É um círculo que se retroalimenta. Eu falo, se a gente deixar de existir depois de amanhã, deixamos uma mudança, é uma marca de verdade na sociedade brasileira. Então tenho orgulho do trabalho de advocacy – acho que isso tem que ser bem ressaltado.**

- Entrevistada 9B



## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Os indicadores da série “Que corpo é esse?” podem ser usados como referência para medir os resultados da articulação e distribuição em rede:

- 47 milhões de espectadores, de acordo com uma pesquisa do Datafolha de 2019;

- exibição pela TV Bahia;
- no Futura Play, a websérie ocupou o 9º lugar entre os dez programas mais assistidos do Canal Futura;
- mais de 233 mil visualizações dos programas no YouTube;
- disponível no Futura Play e YouTube em áudio descrição e libras;
- mais de 3 milhões de visualizações dos programas nos perfis do Canal Futura, Childhood Brasil e Unicef no Facebook;
- divulgação de programas, chamadas e campanhas nos perfis dos três parceiros institucionais (Canal Futura, Childhood Brasil e Unicef) no Instagram;
- conteúdo publicado no IGTV;
- uso do WhatsApp como ferramenta de divulgação de conteúdos e campanhas em diferentes grupos ligados à causa;
- distribuição de 6 mil coletâneas de DVDs para profissionais formados pelo projeto e em articulações institucionais;
- 55 apresentações da série em palestras, seminários e apresentações em que mais de 72 mil pessoas participaram das atividades (entre setembro de 2018 a dezembro de 2020);
- 140 oficinas de 16 horas de duração, envolvendo 146 jovens, 1.274 educadores e 3.632 profissionais da rede de proteção à criança e adolescente (saúde, assistência social, conselheiros tutelares etc.) entre setembro de 2018 a dezembro de 2020;
- 795 escolas participantes e 1.851 instituições da rede de proteção (entre setembro de 2018 a dezembro de 2020);
- 218 municípios impactados pelo programa (nos estados de AL, AM, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS e SP);
- vencedora na categoria melhor conteúdo infantil no Prêmio TAL – Televisión América Latina 2019;
- terceiro lugar no Festival com Kids Prix Jeunesse Iberoamericano (com Kids PJIBA) na categoria Conteúdos curtos Exibição no FICI (Festival Internacional de Cinema Infantil) e Anima Mundi;
- foi um dos projetos selecionados como destaque na 1ª Mostra GIFE de Inovação Social, evento que apresentou diversas soluções geradas ou impulsionadas pelo investimento social privado nos últimos anos, respondendo aos principais desafios da agenda pública brasileira;
- minicursos online (ligados à autoproteção, enfrentamento das violências sexuais e temáticas do Selo Unicef) passaram, com a pandemia de COVID-19, a estar disponíveis em um ambiente virtual do projeto com minicursos;
- lançamento da campanha #EmCasaSemViolência, uma iniciativa dos parceiros do Crescer sem Violência com apoio do Google, Facebook e Instagram, para

a mobilização, prevenção e conscientização sobre os riscos que crianças e adolescentes correm no ambiente doméstico e na internet. A campanha destaca a atual situação de isolamento social, fechamento das escolas e maior atividade online ocasionada pela pandemia, com dicas práticas de como identificar, prevenir e denunciar as diferentes formas de violências sexuais;

- para celebrar os 30 anos do ECA em 2020, os parceiros do Crescer sem Violência lançaram uma campanha sobre direitos da infância e da adolescência. Foram 2 milhões de espectadores por exibição. A iniciativa incentiva a mobilização digital, com uma série de vídeos, história em quadrinhos e uma peça inédita de animação sobre o tema com os personagens da série audiovisual “Que corpo é esse?”. Os conteúdos foram adaptados ao idioma espanhol para atender crianças e adolescentes refugiados no Brasil, em parceria com a Plataforma R4V;
- ao longo dos anos de atuação do Crescer sem Violência, o jornalismo do Futura vem sendo pautado a partir das articulações e causas do projeto.

## POTÊNCIAS E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO

O Canal Futura faz o acompanhamento telefônico da implementação de seus materiais e tem como conquista a qualidade da formação e dos materiais. De acordo com essa pesquisa de acompanhamento, a aprovação da implementação por parte dos usuários é acima de 90%. Como ajustes futuros, a organização deseja ampliar a quantidade de instituições contatadas após a implementação de seus materiais.

O maior desafio é abordar a temática da prevenção e do enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em cada vez mais espaços, sobretudo, desnaturalizar a violência sexual, especialmente a violência intrafamiliar.



## 2.10 INTERVENÇÃO 10: PACTO PELA PAZ

ORGANIZAÇÃO	<u>Instituto Cidade Segura</u>
INTERVENÇÃO	Educação socioemocional para crianças e adolescentes. O instituto utiliza metodologias baseadas em evidência que dão suporte a toda formação socioemocional da criança e do adolescente
FORMA DE VIOLÊNCIA	Prevenção de violência praticada pelo jovem
PREVENÇÃO E/OU ENFRENTAMENTO	Prevenção
REGIÃO	Municípios de Niterói, Pelotas, Lajeado, Santa Cruz do Sul e Porto Alegre
FAIXA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS	Crianças e adolescentes
TEMPO DE ATUAÇÃO	Desde 2017

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O projeto Pacto pela Paz é uma iniciativa organizada pelo Instituto Cidade Segura, uma organização da sociedade civil que tem por objetivo difundir uma concepção de segurança pública e prevenção da violência baseada em evidências, isto é, utilizando apenas metodologias que já tenham sido avaliadas e que demonstram resultados positivos. De acordo com o site da instituição, os eixos trabalhados são consultoria para a elaboração de planos de prevenção à violência, elaboração de metodologias de policiamento e prevenção social à violência e avaliação de efetividade de programas.

O instituto trabalha com consultoria, elaboração de metodologias e prevenção de violência, dedicando-se a transferir tecnologias baseadas em evidências para os municípios parceiros que os procuram. No portfólio compartilhado, conta com trabalhos desenvolvidos nas cidades de Niterói, Pelotas, Lajeado, Santa Cruz do Sul e Porto Alegre.

## PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Os programas são subdivididos em faixas etárias. De acordo com o entrevistado 10, o Programa AME é dedicado a crianças de zero a 3 anos: “O AME é uma metodologia composta por nove sessões **voltado para mães, pais ou cuidadores** de crianças na



### Prática inovadora

Projeto dedicado ao fortalecimento das capacidades parentais.

primeira infância, com o objetivo de desenvolver o perfil parental e fortalecer o vínculo com a criança, sendo aplicado em Unidades Básicas de Saúde (UBS), rede de Assistência Social ou organizações comunitárias”. A metodologia promove a prevenção da violência ao passo que dialoga com a estratégia INSPIRE (OPAS,

2017) “Pais, mães e cuidadores recebem apoio”, ao passo que estimula uma disciplina positiva e não violenta para o desenvolvimento da criança. A estratégia INSPIRE reforça que o apoio dado às famílias, pais, mães e cuidadores para a aprendizagem de práticas parentais positivas e o fortalecimento de vínculos familiares pode evitar o risco de a criança sofrer maus-tratos e testemunhar comportamentos violentos na infância e adolescência (OPAS, 2017).

Em continuidade, o Programa Conte Comigo atende crianças na faixa etária de 3 a 6 anos. Segundo o entrevistado 10, “O Conte Comigo é um programa de **desenvolvimento cognitivo e socioemocional** voltado para professoras de Escolas de Educação Infantil (EIs) ou para mães de crianças nessa idade, por meio de técnicas de compartilhamento de livros”.



### Prática inovadora

Foco em formação socioemocional das crianças.

O Conte Comigo estimula a linguagem, aumenta o foco e a concentração das crianças e melhora sua relação com pais e cuidadores. Quando aplicado na educação infantil, o projeto visa preparar as crianças para o ingresso no ensino fundamental. De acordo com o entrevistado 10, crianças que participam do Conte Comigo demonstram mais empatia, colaboração em casa, comportamentos pró-sociais e melhor interação com seus cuidadores.

A técnica foi desenvolvida pelos psicólogos britânicos Lynne Murray e Peter J. Cooper, da Mikhulu Trust, e é aplicado em diversos países da Europa e África. Foi traduzido e adaptado no Brasil pelo Emoções para a Paz, que detém a autorização de implementação do programa no país, sendo atualmente aplicado em Pelotas e Lajeado, no Rio Grande do Sul.

Os cinco livros da metodologia abordam temas como emoções, perspectivas, intenções, números e conexões entre a história e a realidade das crianças. O Conte Comigo pode ser aplicado em duas versões: a familiar, realizada pela mãe, pai ou outra pessoa que conviva com a criança, e a versão escolar, que consiste no treinamento a professores(as)

da educação infantil e realiza sessões coletivas em sala de aula. O programa promove o desenvolvimento da linguagem, da cognição infantil, das habilidades socioemocionais e do fortalecimento de vínculos com os cuidadores. “A introdução deste compartilhamento se dá de forma sensível e recíproca, tem profundos efeitos no desenvolvimento intelectual das crianças e na sua alfabetização”, explica o entrevistado 10.



**Os livros não têm palavras porque não se trata de um programa de leitura. Os livros do programa têm muitas figuras coloridas e repletas de elementos do cotidiano das crianças para estimular a sua criatividade, sua linguagem e a interação deles com a mãe, o pai, a professora ou outro cuidador, conversando de forma orientada sobre as histórias e situações apresentadas.**

- Entrevistada 10



Outro programa realizado pelo instituto é o SEJA. O SEJA é um programa socioemocional que utiliza técnicas de *mindfulness* (atenção plena), diálogo colaborativo e justiça restaurativa e empreendedorismo, aplicado do 1º ao 9º ano do ensino infantil.

Por fim, o Programa SAGAZ pode ser aplicado para estudantes com problemas de comportamento: “O SAGAZ é um programa de prevenção secundária/terciária que utiliza técnicas cognitivo comportamentais e é **voltado para adolescentes e jovens** com problemas de comportamento em escolas ou em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.”



#### Prática inovadora

As evidências são percebidas por meio de revisões sistemáticas em portais de evidências. Por exemplo, *crime solutions* dos EUA e *crime reduction* na Inglaterra.

E, em parceria com a rede de assistência social, saúde da família e educação de cada microterritório, se reúnem a cada quinze dias para discutir casos de risco. Quando o risco é identificado, o jovem assistido é convidado a participar de programas que o incluam e cuidem do risco.

Os programas são implementados em municípios parceiros por meio de contratos por inexigibilidade ou por licitação. Os treinamentos são financiados pelas prefeituras ou através de parcerias com organizações da sociedade civil e são feitos de acordo com a faixa etária de aplicabilidade. No programa AME, os(as) gestores(as) visam treinar agentes de saúde que trabalham em UBS, que apresentam capacidade de convocação por terem mais capilaridade no território.

No contexto escolar, por meio dos programas SEJA e Conte Comigo, os(as) gestores(as) treinam professoras e professores para capacitá-los(as) a trabalharem com

educação socioemocional. Os(as) profissionais de educação possuem a responsabilidade de serem os aplicadores e multiplicadores da metodologia e, após sua implementação, o instituto transfere a tecnologia do saber para a prefeitura.

Como indicação e reconhecimento, o instituto ressalta que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda o Programa Conte Comigo como promissor para a promoção do desenvolvimento das crianças. O programa foi avaliado por meio de experimento randomizado controlado realizado na África do Sul e concluiu que as crianças que participaram do programa tiveram ganhos significativos no seu desenvolvimento cognitivo, na linguagem (vocalizando um número maior de palavras), na atenção sustentada (mantendo o foco por mais tempo) e no desenvolvimento socioemocional (tornando os participantes mais empáticos). E mostra consequências no vínculo entre crianças e seus cuidadores, já que estes se demonstraram mais sensíveis e responsivos à criança depois de praticar o compartilhamento de livros.

## PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

As avaliações são feitas de acordo com a metodologia implementada e por experimentos e atualizações dos programas ofertados. O fato de produzir programas baseados em evidências faz com que a dinâmica de melhoria de índices, de acordo com o entrevistado 10, permita mais assertividade nos resultados. As ações baseadas em revisões sistemáticas com experimentos randomizados permitem avaliações acompanhadas do início ao fim. Contudo, o grupo de pesquisa não teve acesso ao método e resultados.

## POTÊNCIAS E DESAFIOS DA INTERVENÇÃO

De acordo com o entrevistado 10, a potência do trabalho desenvolvido é atuar na prevenção e no cuidado com os jovens. O acompanhamento em todas as fases da formação socioemocional proporciona a inserção social dessas crianças e adolescentes de maneira a romper com o ciclo de violência.

Como desafio, o entrevistado alertou que nem sempre se consegue alterar o ciclo de violência ou vulnerabilidade vivenciados pelos jovens. O programa, portanto, se propõe a capacitar jovens para lidar com vulnerabilidades e experiências que são inerentes ao seu cotidiano.

Como potência, as evidências e os experimentos podem ser pensados para outros municípios a depender das demandas. Outros pontos altos do programa são baixo custo, transferência do saber e replicabilidade.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

## SISTEMATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS INOVADORAS IDENTIFICADAS NAS INTERVENÇÕES ANALISADAS

Os estudos de caso apresentados no Capítulo 2 revelaram uma série de práticas inovadoras que vêm sendo desenvolvidas por meio de intervenções voltadas à prevenção e ao enfrentamento de diversas expressões da violência contra crianças e adolescentes. Conforme abordado no capítulo introdutório, essas práticas foram analisadas de acordo com os indicadores de contexto, processo e resultado propostos por Ng e De Colombani (2015).

Ajustes foram necessários com relação a alguns dos indicadores, como, por exemplo, os indicadores de eficácia e eficiência. Em sua formulação original, o indicador de eficácia tinha o objetivo de investigar se a intervenção obteve os resultados esperados e contribuiu para a redução da violência. Como o objetivo dos estudos de caso não foi avaliar o impacto das intervenções, mas sim compreender o funcionamento e publicizar práticas inovadoras, o indicador de eficácia abrange tão somente as métricas e ferramentas utilizadas pela intervenção para avaliar seus resultados. Já no que tange o indicador de eficiência, ele se direcionava à investigação do uso dos recursos (se foram otimizados e não desperdiçados). Entendemos que seria mais interessante compreender a eficiência não restrita apenas à gestão de recursos, mas à adoção de fluxos, protocolos e estruturas que otimizem o atendimento das demandas.

Por fim, vale destacar que as práticas inovadoras consolidadas na tabela a seguir partem do conteúdo já destacado nas caixas coloridas do capítulo anterior.

TABELA 4

Principais práticas inovadoras identificadas nas intervenções analisadas

CONTEXTO	PROCESSO	
<p><b>RELEVÂNCIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de diagnóstico situacional prévio, com a participação da comunidade, para o mapeamento das necessidades locais, identificação de demandas prioritárias e reconhecimento de lacunas da rede de atendimento;</li> <li>• Utilização de evidências científicas para atuar contra a violência;</li> <li>• Criação de projetos voltados a comunidades com necessidades específicas:               <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Arte-educação como forma de contribuir para a menina elaborar as violências que sofre/sofreu e alargar significados;</li> <li>b. Artes marciais e boxe para engajar crianças e jovens;</li> <li>c. Intervenção voltada especificamente para comunidades indígenas;</li> <li>d. Projeto dedicado ao fortalecimento das capacidades parentais.</li> </ul> </li> </ul>	<p><b>PARTICIPAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão efetiva da comunidade no processo de desenvolvimento e execução das atividades, inclusive para atuar como funcionários(as) da intervenção, participando ativamente das decisões sobre os caminhos da organização;</li> <li>• Implementação de um Conselho Jovem, no qual os próprios jovens que participam do programa têm o poder de deliberar e propor novos caminhos para a organização;</li> <li>• Elaboração de metodologias participativas que incluem crianças, adolescentes e jovens atendidos(as) pela iniciativa nos processos de tomada de decisão, inclusive em discussões sobre as regras, o funcionamento e a organização das atividades;</li> <li>• Inclusão de beneficiários(as) e membros(as) que atuam na ponta no processo de tomada de decisão;</li> <li>• Formação de mobilizadores que tenham proximidade geracional com os(as) beneficiários(as), tornando a linguagem e o conteúdo produzidos mais acessíveis, interessantes e interativos.</li> </ul>	<p><b>REPLICABILIDADE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Replicação do projeto em contextos diferentes, criando uma gestão em rede a partir da capilaridade;</li> <li>• Disponibilização de conteúdos e formações para a rede de proteção de crianças e adolescentes por meio de parcerias municipais;</li> <li>• Criação de um banco de dados público com a sistematização das boas práticas reconhecidas pela organização que podem aumentar o potencial de multiplicação da intervenção.</li> </ul> <hr/> <p><b>COLABORAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de parcerias com equipamentos públicos;</li> <li>• Realização de parceria com instituição de ensino superior;</li> <li>• Participação de múltiplos atores no processo de tomada de decisão, incluindo entidades nacionais e internacionais;</li> <li>• Elaboração de sistema em rede para colocar os conteúdos e membros da intervenção em contato.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria.

## RESULTADO

### ÉTICA

- Criação de uma relação muito próxima com a comunidade atendida, desenvolvendo uma escuta ativa e sensível, que permita o livre acesso da organização aos jovens e crianças;
- Realização de uma entrevista inicial e social com crianças e jovens ao entrar no programa para que se identifiquem as potências desse sujeito e os fatores que risco que o atravessam, priorizando as questões socioemocionais de crianças e adolescentes vulnerabilizados;
- Elaboração de critérios de vulnerabilidade para a identificação de mobilizadores e embaixadores, de forma a permitir maior representatividade regional, racial e de gênero, ampliando o intercâmbio cultural e fomentando o respeito à diversidade;
- Elaboração de estratégias metodológicas adaptadas a diferentes públicos-alvo envolvidos na intervenção, tornando conteúdo, linguagem e direcionamento das temáticas abordadas mais acessíveis.

### SUSTENTABILIDADE

- Realização de um acompanhamento contínuo dos beneficiários da organização por meio da aplicação de questionário, entrevista ou grupo focal;
- Capacitação e treinamento de professores(as) que fizeram parte da rede para a demanda de encaminhamento de violências;
- Inclusão de jovens que participaram de atividades formativas na gestão do programa;
- Implementação de práticas de pós-acolhimento voltadas ao acompanhamento das crianças, jovens e adolescentes, tanto no âmbito da família quanto em relação a oportunidades de educação continuada, acesso à moradia e emprego;
- Formação de futuros educadores de artes marciais e boxe em diferentes localidades.

### POTENCIAIS INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

- Implementação de ferramenta para medir resultados;
- Criação de um sistema online de indicadores interativos para que sejam acessados os resultados do programa e o perfil dos beneficiários impactados pelas suas ações;
- Implementação de processos de encaminhamento de denúncias para os órgãos responsáveis (assim, a denúncia não fica parada em instâncias que não são responsáveis por aquela etapa do atendimento);
- Criação de um equipamento especializado e com estrutura adequada para a realização de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência com entrevistadores capacitados de acordo com as diretrizes e protocolos do CNJ, evitando processos de revitimização;
- Criação de um fluxo de atendimento e de um protocolo integrado com o objetivo de estabelecer as atribuições de cada um dos serviços que integram a rede de atendimento à criança e adolescente, bem como os processos que garantam a proteção da vítima e de sua família;
- Desenvolvimento da tecnologia chatbot com linguagem adequada ao público como ferramenta para denúncia de violências;
- Investimento no desenvolvimento de tecnologia para a unificação do registro de casos de violência.

## 3.1 PRÁTICAS INOVADORAS, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

A partir dos estudos de caso apresentados ao longo desse documento, é possível identificar diálogos entre as práticas inovadoras analisadas e as estratégias INSPIRE (reunidas pela Organização Pan-Americana da Saúde, agência da Organização Mundial de Saúde da ONU), um grupo de estratégias baseadas nas melhores evidências disponíveis para ajudar os países e as comunidades a concentrar esforços em programas e serviços de prevenção dotados de grande potencial para a redução da violência contra crianças (OPAS, 2017).

### ESTRATÉGIA INSPIRE

### PRÁTICAS INOVADORAS MAPEADAS

#### IMPLEMENTAÇÃO E VIGILÂNCIA DO CUMPRIMENTO DAS LEIS

##### Medidas

- Leis que proíbem pais, mães, professores ou outros cuidadores de aplicar castigos violentos a crianças;
- Leis que criminalizam o abuso sexual e a exploração de crianças;
- Leis que previnem o uso indevido de álcool;
- Leis que limitam o acesso de jovens a armas de fogo e outras armas.

- **Meninadança:** os(as) advogados(as) da organização atuam como assistentes de acusação do(a) promotor(a) de justiça e fazem a interlocução com a rede de proteção, esforçando-se para mostrar que a Justiça está lá para todos e todas.
- **Portal NAAPA:** desenvolvimento da tecnologia *chatbot* com linguagem adequada ao público como ferramenta para denúncia de violências.
- **Centro Integrado (CIDCA):** articulação dos serviços da rede de proteção à criança e adolescente vítima de violência de forma a garantir o cumprimento da Lei nº 13.431/2017 com a criação de fluxos e políticas integradas e coordenadas que garantam ambientes e processos de escuta protegida.



## NORMAS E VALORES

### Medidas

- Mudança na adesão a normas sociais e de gênero que sejam restritivas;
- Programas de mobilização da comunidade;
- Intervenções junto a testemunhas.

- **Meninadaça:** articulação política para conscientizar o poder público quanto à necessidade de cuidar das meninas e atuar para que seus direitos sejam garantidos; campanhas de conscientização realizadas com a comunidade local na BR-116.

- **Luta Pela Paz:** atua por meio de *advocacy*, dialogando com o poder público para promover comunidades seguras de maneira sistêmica e ampla.

- **Projeto Cunhataf Ikhã:** realiza campanhas – com o protagonismo das meninas indígenas – para sensibilizar a população em torno do tema da educação indígena.

- **Programa Cidadão Digital:** as formações para jovens trabalham temas como relacionamentos saudáveis, comportamentos positivos, educação midiática, autocuidado e saúde emocional. A violência acaba aparecendo de forma transversal em praticamente todas as áreas temáticas.

- **Projeto Crescer sem Violência:** série “Que Corpo é Esse” promove reflexões sobre padrões culturais e estereótipos que reforçam comportamentos violentos.

## SEGURANÇA DO AMBIENTE

### Medidas

- Redução da violência em “áreas críticas”;
- Interrupção da propagação da violência;
- Melhoria no espaço urbano.

- **Luta Pela Paz:** *advocacy* pela segurança pública para além do território da Maré, construída em diálogo com o poder público e a mobilização de uma teia de serviços e atores.

## INCREMENTO DE RENDA E FORTALECIMENTO ECONÔMICO

### Medidas

- Transferência de renda;
- Associações de poupança e empréstimo combinadas com educação para a equidade de gênero;
- Microfinanciamento combinado com capacitação sobre normas de gênero.

- **Luta Pela Paz:** no pilar da empregabilidade, a organização apoia e capacita jovens para o acesso ao mercado de trabalho e oportunidades de geração de renda.

- **Santa Fé - Casas de acolhimento:** inserção no mercado de trabalho e oferecimento de moradias para jovens emancipadas.

## PAIS, MÃES E CUIDADORES RECEBEM APOIO

### Medidas

- Por meio de visitas domiciliares;
- Por meio de grupos nas comunidades;
- Por meio de programas integrais.

- **Meninadança:** através do pilar Mudança de Mente, a organização promove suporte às meninas e suas famílias em situação de vulnerabilidade para ampliar seus horizontes e as suas possibilidades; uso da cartilha *Enfrentamento à violência sexual* com pais e responsáveis para promover diálogos sobre o que são crimes contra a dignidade sexual, quais são as responsabilidades dos pais e a obrigatoriedade de notificação dos casos de violência por parte dos professores.

- **Santa Fé - Casas de acolhimento:** o Projeto de Educação Continuada oferece acompanhamento integral (por cinco anos no mínimo), aos jovens e as famílias das crianças e adolescentes acolhidos nas casas da Santa Fé.

- **Pacto Pela Paz:** oferece a metodologia AME, composta por nove sessões, voltada para mães, pais ou cuidadores de crianças na primeira infância, com o objetivo de desenvolver o perfil parental e fortalecer o vínculo com a criança; o programa Conte Comigo promove o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, voltado para mães e professoras de EEI.

## EDUCAÇÃO E HABILIDADES PARA A VIDA

### Medidas

- Aumento das taxas de matrícula na educação infantil e nos níveis fundamental 1 e 2;
  - Criação de um ambiente escolar seguro e estimulante;
  - Melhoria do conhecimento das crianças sobre abuso sexual e maneiras de se proteger;
  - Formação de habilidades sociais e para a vida;
  - Programas dirigidos a adolescentes para prevenção da violência infligida por parceiro íntimo.
- **Meninadança:** através da arte-educação, meninas vítimas de violências possuem ferramentas para identificarem as violências sofridas, formas de serem ajudadas e terem seus direitos exercidos.
  - **Luta Pela Paz:** a organização atua para promover o potencial dos(as) jovens e crianças, apoiando-os(as) no processo para que possam viver em comunidades mais seguras. Os jovens desenvolvem a autoconfiança com a prática do esporte, além da sensação de poder, paciência, autodisciplina e compreensão dos limites do próprio corpo; no pilar da educação, atua com crianças e adolescentes em risco de evasão escolar ou jovens que tiveram que abandonar os estudos; o pilar de liderança juvenil apoia a formação de jovens líderes que contribuem para o desenho de programas e influenciam a tomada de decisões em todos os níveis da organização.
  - **Programa Cidadão Digital:** formação de jovens mobilizadores de 19 a 25 anos em temáticas de segurança digital, educação midiática e cidadania digital, além da 99 promoção de ações educativas remotas sobre os temas junto a educadores da rede pública de ensino e adolescentes de 13 a 17 anos de todo o país.
  - **Projeto Cunhataf Ikhã:** realiza formações com meninas indígenas de 14 a 24 anos que englobam temas como direito indígena e indigenista, discriminação racial, e empoderamento feminino.
  - **Programa Cidadão Digital:** formação de jovens mobilizadores de 19 a 25 anos em temáticas de segurança digital, educação midiática e cidadania digital, além da 99 promoção de ações educativas remotas sobre os temas junto a educadores da rede pública de ensino e adolescentes de 13 a 17 anos de todo o país.

- **Navegue Não Naufrague:** teatro de fantoches com personagens como conselheiro tutelar, professor, criança/aluno e o abusador, mostrando como a criança deve proceder se estiver vivenciando situação de violência sexual; cartilha *Navegue Não Naufrague* destinada a adolescentes, alertando os jovens para a necessidade de conhecer e se prevenir de situações abusivas, usar a internet de forma segura e conhecer a rede de proteção da infância e juventude.

- **Santa Fé – Casas de acolhimento:** a abordagem metodológica utilizada com crianças e adolescentes baseia-se nos princípios da comunicação não violenta e educação para a paz.

- **Pacto pela Paz:** a Pacto pela Paz: o SEJA é um programa socioemocional que utiliza técnicas de mindfulness (atenção plena), diálogo colaborativo e justiça restaurativa e empreendedorismo, aplicado do 1º ao 9º ano do ensino infantil; o SAGAZ é um programa de prevenção secundária/terciária que utiliza técnicas cognitivo comportamentais, voltado para adolescentes e jovens com problemas de comportamento em escolas ou em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

## RESPOSTA DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO E APOIO

### Medidas

- Rastreamento de casos combinado a intervenções;
- Programas de tratamento para jovens em conflito com a lei no sistema de Justiça criminal;
- Intervenções de acolhimento familiar, com participação dos serviços de bem-estar social.

- **Luta Pela Paz:** através do pilar de suporte, equipes atuam em rede para auxiliar crianças e jovens a superar barreiras e problemas que possam estar enfrentando em suas vidas.


- **Portal NAAPA:** acompanhamento virtual de crianças que possivelmente estão em situação de violência; professores(as) que fizeram parte da rede foram treinados(as) e capacitados(as) para a demanda de encaminhamento de violências.

- **Centro Integrado (CIDCA):** integração de serviços socioassistenciais e jurídicos para crianças e adolescentes vítimas de violência.

- **Projeto Cunhataí Ikhã:** trabalham com acolhimento frente à violência psicológica ao estabelecerem parcerias com psicólogos(as) da rede pública para atenderem as participantes.

A partir dos estudos de caso apresentados ao longo desse documento, é possível identificar diálogos entre as práticas inovadoras analisadas e as estratégias INSPIRE (reunidas pela Organização Pan-Americana da Saúde, agência da Organização Mundial de Saúde da ONU), um grupo de estratégias baseadas nas melhores evidências disponíveis para ajudar os países e as comunidades a concentrar esforços em programas e serviços de prevenção dotados de grande potencial para a redução da violência contra crianças (OPAS, 2017).

Além do alinhamento com as estratégias INSPIRE (como apresentado na tabela acima), foi possível sistematizar práticas inovadoras que promovem impactos positivos sobre a qualidade de vida do público-alvo ou da comunidade envolvida. Além de serem replicáveis, favorecerem o diálogo entre sociedade civil e agentes públicos para utilizarem recursos e oportunidades de forma responsável, visando a sustentabilidade (Teixeira; Godoy & Clemente, 2005).

No que diz respeito ao **contexto** , percebemos a importância de, antes do início da intervenção, ser elaborado um diagnóstico completo e profundo da comunidade beneficiada e dos equipamentos públicos e privados que a compõem. O mapeamento do contexto é de suma importância, pois ajuda a promover uma resposta adequada às demandas da comunidade e a articulação dos equipamentos e organizações da sociedade civil já existentes. Ainda em relação ao contexto, verificou-se uma potência das intervenções no sentido de o seu plano de atuação ser desenvolvido a partir das demandas da comunidade e do território, além de lançar mão de evidências científicas para embasar o trabalho. Foram também verificadas duas medidas inovadoras para apoiar o trabalho de prevenção e enfrentamento de violências: a arte-educação e o boxe e artes marciais. Essas experiências ensinam que é possível lidar com a violência e endereçá-la de formas metafóricas, indiretas e “mais leves”, sem ser literal.

Vale mencionar ainda que muitas organizações atuam simultaneamente na prevenção e no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Nota-se que, em casos de intervenções focadas na educação como método de prevenção, a presença do programa em determinado local cria um ambiente em que crianças e adolescentes se sentem mais confortáveis para denunciar casos pessoais. Nesse sentido, a organização que tem como primeiro objetivo a prevenção passa também a enfrentar as violências, muitas vezes criando novos canais de suporte e encaminhamento.

Dentre as intervenções analisadas, poucas surgiram de fato da comunidade (intervenções *bottom-up* propriamente ditas). A maioria delas foi idealizada e desenvolvida por organizações da sociedade civil ou atores externos – mesmo que a comunidade tenha tido uma participação ativa para o desenvolvimento das atividades, geralmente ela se dá no trabalho como funcionários(as) da intervenção ou a partir da escuta em rodas de conversa e assembleias.


No que diz respeito aos **processos** , podemos depreender justamente

a importância de a comunidade ser a principal responsável por apontar os caminhos para onde a organização deve seguir, incluindo-a em capacitações e posteriormente no seu corpo de funcionários(as). A existência de um Conselho Jovem (como foi visto em uma das intervenções) é uma ação bastante potente para garantir a inclusão dos jovens que são os beneficiários finais da intervenção na tomada de decisões da organização. É importante também que sejam formados(as) mobilizadores(as) que estejam de alguma forma próximos(as) do público-alvo da intervenção almeja alcançar, de modo a facilitar a comunicação e estreitar suas relações.

Além disso, foi verificado um amplo esforço para se estabelecerem parcerias entre a organização que atua na prevenção e no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e outras OSCs. Para que se efetive o trabalho de prevenção e enfrentamento da violência, não basta uma organização ser bem intencionada, é preciso que exista uma rede de indivíduos e serviços públicos para os quais a criança ou o adolescente possam ser encaminhados(as) de acordo com os fluxos necessários para enfrentar a violência. As parcerias também podem ser estabelecidas com o intuito de ampliar as trocas de experiência entre organizações da sociedade civil nacionais e internacionais cuja atuação caminhe para a prevenção ou o enfrentamento de violências, fortalecendo, assim, o campo e as próprias organizações.

No que diz respeito à replicabilidade, percebe-se que esse é um grande desafio, uma vez que há intervenções voltadas para públicos e contextos muito específicos. No entanto, é possível formar agentes públicos que atuam no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente da Rede de Proteção Social ou até mesmo outras organizações com a metodologia de uma determinada intervenção, à medida em que aprendizados e conquistas vão sendo disseminados.

Há ainda o esforço realizado para conhecer a fundo a realidade dos(as) beneficiários(as) da organização por meio de entrevistas, mantendo uma escuta ativa e sensível em que as crianças e os adolescentes são mantidos como o foco das ações. Essa escolha revela muito da ética da intervenção. Cabe também à organização se manter atenta à diversidade do público que atende, buscando não só abrir espaço para a participação de todos e todas, mas sobretudo a inclusão daqueles(as) que mais precisam.

Finalmente, em relação aos **resultados** , verifica-se o início da criação de sistemas de avaliação e monitoramento da intervenção. É necessário que as organizações contem com instrumentos qualificados para mensurar os seus efeitos no público-alvo beneficiado. Além disso, é importante que a intervenção encaminhe possíveis denúncias de acordo com um fluxo de atendimento que evite a revitimização do sujeito que sofreu a violência, mantendo uma parceria estreita com órgãos públicos e privados que possam contribuir para esse processo. Vale o destaque para o fato de que, embora os números sejam importantes para que se possa medir os resultados, muitas vezes eles podem não ser mensuráveis.

Já em relação à sustentabilidade da intervenção, é importante que a organização mantenha um acompanhamento contínuo dos beneficiários, monitorando em que medida a intervenção está gerando os resultados esperados e, conseqüentemente, favorecendo sua continuidade. Ainda se pode dizer que uma intervenção será sustentável quando puder formar crianças, adolescentes e jovens para que eles(as) sigam suas próprias trajetórias de forma independente.

Em termos de **desafios**, pode-se mencionar a ausência de intervenções que surgem pela iniciativa da comunidade (*bottom-up*). Como muitas dessas comunidades em que acontecem tais iniciativas estão inseridas em ambientes vulneráveis, é possível que a falta de recursos impeça a criação espontânea de um projeto os envolvendo. Embora esse desafio tenha sido identificado, o desenvolvimento de tais iniciativas é uma responsabilidade coletiva, incluindo todos os(as) membros(as) da sociedade.

Além disso, nota-se que a maioria das intervenções não possui um sistema de avaliação sistemática que possibilite análises mais aprofundadas. Métodos de acompanhamento e avaliação são necessários para compreender eficácia, sustentabilidade, eficiência e efetividade da intervenção no que diz respeito à redução da violência contra crianças e adolescentes a longo prazo.

As especificidades regionais aparecem também como pontos de atenção. O desafio da prevenção e do enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes está também na customização das ações. Não existe uma forma única de conduzir esse processo. Nesse sentido, as práticas inovadoras são orientadoras e não se findam em um único ponto de execução.

Outro desafio encontrado é a dificuldade na relação dos(as) agentes responsáveis pela intervenção e seus beneficiários(as) com o poder público. Ao longo da pesquisa, foram relatados casos de processos extremamente demorados para a implementação de políticas públicas, falta de recursos, tempo e espaço na governança por parte daqueles que trabalham dentro do setor público e desconfiança em relação aos encaminhamentos a equipamentos públicos por parte dos beneficiários.

Os(as) membros(as) relevantes nesse contexto são as crianças e adolescentes que têm o direito à escuta protegida conquistada pela Lei nº 13.431/2021, bem como a participação efetiva nos debates (possibilidades de fala) a partir de uma escuta atenciosa e especializada às suas demandas. Também consideramos protagonistas/*stakeholders* a sociedade civil organizada, empresas públicas e privadas, programas de estado, atores do sistema de garantia de direitos, especialistas em toda a rede de atendimento e parcerias com fundos nacionais e internacionais.

Compreendemos a prevenção e o enfrentamento da violência que emergem na pesquisa em todos os âmbitos, como as múltiplas violências **interconectadas**, acentuadas pela **desigualdade social, racial e de gênero**. Na prática, significa que,

quando a criança ou o adolescente vivencia e denuncia uma violência, ele(a) pode ter vivido muitas outras. Ao mesmo tempo, a violência não segue um manual ou passos lógicos, o que faz com que a vigilância e ação coletiva mereça ser premissa para a prevenção e o enfrentamento dos casos.

Por fim, a partir da análise foram sistematizadas **cinco recomendações consideradas relevantes** para outras organizações que trabalham com intervenções de prevenção e/ou enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes:

- Aplicar uma abordagem *bottom-up*, isto é, um método de governança no qual o processo de decisão venha de baixo para cima. Consultar a comunidade em momentos específicos ao longo da implementação da iniciativa certamente já é um avanço, mas ainda há a necessidade de envolvê-la em momentos de construção anteriores à implementação e em processos de tomada de decisão;
- Desenvolver sistemas de avaliação e monitoramento eficientes, uma vez que acompanhar o desenvolvimento das ações realizadas na intervenção é necessário para compreender o seu verdadeiro impacto;
- Adaptar as práticas inovadoras de acordo com o contexto específico. É importante lembrar que as boas práticas aqui ressaltadas não são universais e o contexto local deve ser levado em consideração para possíveis adaptações;
- Procurar mecanismos de estreitamento e confiabilidade entre os protagonistas/*stakeholders* engajados na temática e a comunidade envolvida;
- Estabelecer conexões entre os diferentes atores locais de forma a fortalecer ações em rede.



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AREND, K. P.; GERSHENSON, B. (2019). Violência estatal e paraestatal e as particularidades da formação sócio-histórica brasileira. In: *IV SIPINF*, 2019, Porto Alegre, IV SIPINF, 2019.
- ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q.; PESCE, R. P.; PIRES, T. O.; GOMES, D. L. Notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças no Brasil. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 9, p. 2305-2317. Rio de Janeiro: 2012.
- VILLAS Boas, A. C. & DESSEN, M. A. Transmissão intergeracional da violência física contra a criança: um relato de mães. In: *Psicologia em Estudo*, 24, e42647, 2019.
- Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2020. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>>. Acesso em: 20/02/2022.
- FELITTI V.; ANDA R.; NORDENBERG D.; WILLIAMSON D.; SPITZ A.; EDWARDS V.; KOSS M.; MARKS J. Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults – The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. In: *American Journal of Preventive Medicine*, v. 14, n. 4, p. 245-58, 1998.
- FERENCZI, Sandór. Análises de crianças com adultos (1931). In: *Obras completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, p. 69-83, 1992.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; UNICEF; INSTITUTO SOU DA PAZ. Estupro de Vulneráveis, 2020.
- FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. A violência contra crianças e adolescentes na pandemia: análise do perfil das vítimas, 2020. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-2019-2021/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-2019-2021/)>. Acesso em: 20/02/2022
- INSTITUTO SOU DA PAZ. Sou da Paz analisa: estatísticas criminais do estado de São Paulo, 1º semestre de 2020.
- MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO PARÁ (MPPA). *Navegue Não Naufrague*, 2019.
- NG, E., & de COLOMBANI, P. (2015). Framework for selecting best practices in public health: A Systematic Literature Review. In: *Journal of Public Health Research*, v. 4, n. 3, p. 157-170, 2015.
- OPAS. *INSPIRE. Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças*. Washington, D.C.: OPAS, 2017.
- REDES DA MARÉ. Censo Populacional da Maré, 2019. Disponível em: <[https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare\\_WEB\\_04MA1.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MA1.pdf)>. Acesso em: 15/02/2022.
- SANTOS, B. R.; GONÇALVES, I. B.; VASCONCELOS, G. (org.). *Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos*. Brasília, DF: EdUCB, 2017.
- SANTOS, M. E. P. & MACEDO, E. B. Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: uma revisão de literatura. In: *Polêmica*, v. 20, n. 2, p. 22-41, 2020.
- SILVA, J. O processo de revitimização de crianças que vivenciam a violência sexual. In: *Boletim Científico ESMPU*. n.47, p. 11-52. Brasília, 2016.
- TEIXEIRA, M.A.C.; DODOY, M.G. de; CLEMENTE, R. 20 *Experiências de gestão pública e cidadania – ciclo de premiação 2005*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2005.
- UNESCO; CETIC. Tik Kids Online Brasil 2019: Principais Resultados. Disponível em: <[https://cetic.br/media/analises/tic\\_kids\\_online\\_brasil\\_2019\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2019_coletiva_imprensa.pdf)>. Acesso em: 20/02/2022
- UNICEF. *A Educação que Protege Contra a Violência*. UNICEF: Brasil, 2019.
- UNICEF & Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 15/02/2022.
- UNICEF. Mais de Um terço dos jovens em 30 países relatam ser vítimas de bullying online: U-Report destaca prevalência do cyberbullying e seu impacto nos jovens, 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online>>. Acesso em: 20/02/2022.
- WORLD BANK. *World Bank Resilience M&E: good practice case studies*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2017.
- MONTESSORI, Maria. *Educação e a Paz*. Campinas: Papirus Editora, 2004.

**Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes**

[contato@coalizaobrasileira.org.br](mailto:contato@coalizaobrasileira.org.br)

[@coalizao.brasileira](https://www.instagram.com/coalizao.brasileira)

[www.coalizaobrasileira.org.br](http://www.coalizaobrasileira.org.br)